

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2018



Foto Filipe Pereira Nunes, Acervo CASAN

Sistema Complementar de Esgotamento Sanitário da Beira-Mar Norte/Florianópolis



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi um ano atípico. O país buscou nas eleições a troca da vertente política com o principal objetivo de propiciar a retomada da economia, buscando soluções para redução do desemprego e a retomada dos investimentos principalmente em infraestrutura. A **CASAN** ainda vem mantendo um ritmo satisfatório na execução das obras instituídas no plano de investimentos da Companhia. Encerramos o exercício de 2018 com investimentos realizados na ordem de R\$238,4 milhões, mantendo firme o planejamento estratégico da Companhia. Estes investimentos realizados são exclusivos para expansão dos serviços de saneamento básico e melhorias nas unidades operacionais nos municípios sob concessão da CASAN. Os investimentos, no período de gestão de 2015 a 2018, já somam R\$1.031,3 milhões.

A efetivação do plano de investimentos da Companhia conta com importantes parcerias firmadas: União (PAC), Governo do Estado de Santa Catarina e agentes financeiros como BNDES, Caixa Econômica Federal, as agências Japonesa (JICA) e Francesa (AFD).

Em 2018, a CASAN concluiu com sucesso a implementação do PDVI – Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018), no qual aderiram 626 colaboradores, o que corresponde a 23,6% do total do contingente de funcionários da CASAN em 31 de outubro de 2017 (2.654). Também foi autorizado pelo Conselho de Administração a emissão de uma nova Debêntures no valor de R\$ 600 milhões, com objetivo de pré-pagar as duas atuais operações de Debêntures/FIDC e com isso promover a liberação do fluxo de caixa da Companhia para em 18 meses (período de carência a nova Debêntures) possa concluir as principais obras de saneamento alcançando a marca mínima de 40% de cobertura de esgoto sobre os atuais clientes consumidores de água.

Ainda se faz necessário registrar a importante economia proporcionada pelo PDVI à Companhia. Estes recursos economizados colaborarão para manter o ritmo de execução das obras de saneamento. Somente em 2017 a economia financeira gerada pelo PDVI foi da ordem de R\$81,1 milhões e em 2018 registramos R\$87,2 milhões. Estimamos

que em três anos (2017/2018/2019) a economia de “caixa” será da ordem de R\$283 milhões.

Os serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 80% da Receita Operacional auferida, equivalente a R\$955 milhões, e os serviços de coleta e tratamento do esgoto sanitário representaram 18% do total, com uma receita de R\$220 milhões no exercício.

Em 31 de dezembro de 2018 a CASAN encerrou o exercício de 2018 com 1.127.043 economias atendidas com abastecimento de água. Já nos 22 sistemas operados com coleta, tratamento e destinação final, houve um incremento da ordem de 3,81% da base de clientes em relação a 2017, alcançando 257.915 economias atendidas.

O planejamento estratégico da Companhia prevê como meta a universalização do abastecimento de água, coleta e tratamento do esgoto sanitário até 2044, a CASAN encerrou 2018 com 22,88% dos clientes atendidos com coleta e tratamento do esgoto sanitário.

Apesar da crise que assola o país, a CASAN vem conseguindo superar os obstáculos graças à dedicação, apoio e empenho de seus colaboradores, do corpo diretivo, do Governo do Estado, dos acionistas, clientes, fornecedores e demais parceiros, que ao longo do tempo vêm ajudando a CASAN a consolidar uma posição de destaque no cenário nacional e angariar, ainda mais, credibilidade junto à opinião pública catarinense.

Apesar do resultado fiscal negativo no exercício de 2018 de R\$119,2 milhões, o resultado do exercício, ajustado sem o PDVI, a Companhia obteve o maior lucro de sua história de R\$109,5 milhões, o que consolida a posição de competência da CASAN no cumprimento de sua missão social, que é promover saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável à população catarinense.

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2018

A Diretoria Executiva



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2018

CASAN

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, uma empresa pública de economia mista, de capital aberto e regulamentada pela Lei das Sociedades Anônimas, ao longo dos seus 47 anos, tem como objetivo principal coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina, a Casan constitui-se como instrumento empresarial do Estado de Santa Catarina para concretização das políticas públicas e de objetivos nacionais no setor, operando com intento de cumprir o principal objetivo social, que é a prestação de serviços de

saneamento básico.

A prioridade número um é desenvolver sua missão: “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável”, em todos municípios onde opera.

Com a força do trabalho dos seus 2,5 mil colaboradores atuando na gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, e sistemas de esgotamento sanitário, a CASAN, encerrou o ano de 2018, prestando os seus serviços diretamente a uma população residente de mais de 2,7 milhões de pessoas (39% da população do estado de Santa Catarina), distribuídos nos 195 municípios (66% dos municípios do estado), além de fornecer

água no atacado para outros 4 municípios clientes operados com sistemas próprios, que juntos tem uma população superior a 200 mil pessoas.

Em 2018, a CASAN obteve novamente recorde de receita operacional que atingiu o montante de R\$1,2 bilhão, resultado devido principalmente a política comercial, investimentos na ampliação da cobertura dos seus serviços e aplicação do reajuste tarifário linear de 4,39%, concedido e aprovado pelas três Agências Reguladoras de Saneamento que atuam em SC nos municípios operados.

Números combinados que colocam a Companhia como a 12ª maior empresa de Santa Catarina de acordo com o ranking promovido pela revista *Amanhã* e a PricewaterhouseCoopers.

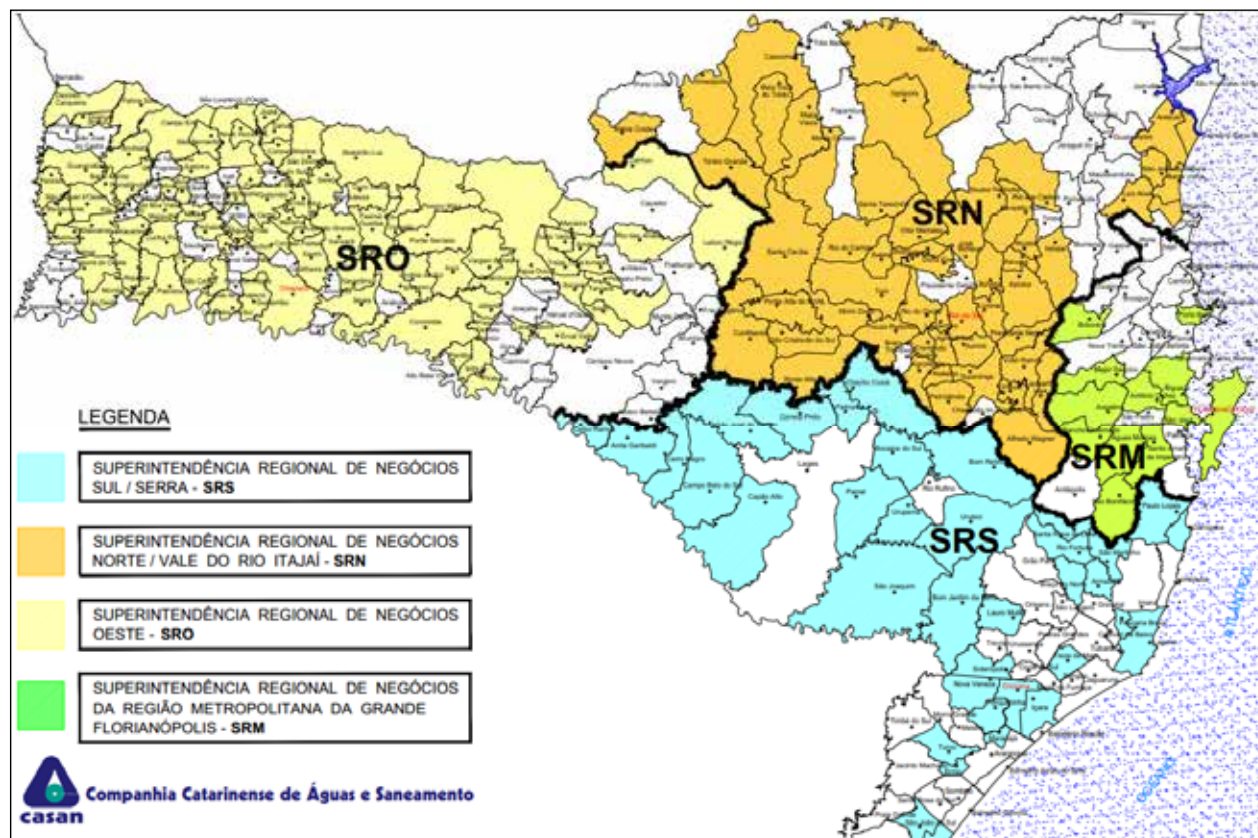
Composição Acionária



■ ESTADO DE SANTA CATARINA
■ SC PAR
■ CELESC
■ CODESC
■ PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERÊNCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
ESTADO DE SANTA CATARINA	221.413.722	61,9	237.722.771	66,5	459.136.493	64,2
SC PAR	64.451.065	18,0	64.451.112	18,0	128.902.177	18,0
CELESC	55.358.800	15,5	55.357.200	15,5	110.716.000	15,5
CODESC	16.315.575	4,6	0	0,0	16.315.575	2,3
PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	8.054	0,0	16.133	0,0	24.187	0,0
Total	357.547.216	100,0	357.547.216	100,0	715.094.432	100,0

A Companhia na área de sua atuação, segue dividida em 4 Superintendências Regionais de Negócios, com a finalidade de conceder suporte às operações, visando uma maior agilidade e integração de suas ações com seus municípios coligados, conforme quadro abaixo:



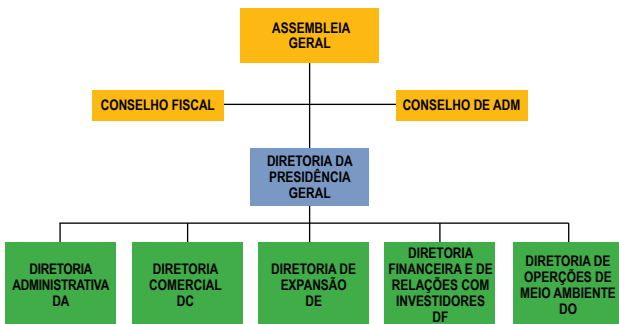
Abrangência dos Serviços das Superintendências Regionais - 2018

Superintendência	Municípios	Água		Esgoto	
		Ligações	Economias	Ligações	Economias
Metropolitana - SRM	12	194.782	389.035	53.286	168.972
Oeste - SRO	91	223.775	291.337	17.939	35.912
Sul/Serra - SRS	36	158.926	208.974	19.508	44.472
Norte/Vale - SRN	56	200.183	237.697	5.174	8.559
Total CASAN	195	777.666	1.127.043	95.907	257.915

Ao longo de 2018, a CASAN celebrou contratos para iniciar a prestação dos seus serviços com 3 novos municípios (Lajeado Grande, Tigriños e Entre Rios) e deixaram de ser operados os municípios de Guabiruba, Morro da Fumaça, Princesa e Videira por opção unilateral dos seus executivos municipais.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Companhia é conduzida por uma diretoria colegiada subordinada às estruturas de governança (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Assembleia de Acionistas) conforme demonstrado abaixo no organograma representativo da administração superior da organização:



No início de 2019, está sendo implementada uma reestruturação para enxugar processos e estruturas, resultando na união da Diretoria Financeira com a Comercial e da Diretoria de Operação com a de Expansão, além de uma redução significativa de divisões e funções gratificadas.

As diretrizes da reestruturação foram:

- Simplificar a estrutura organizacional da Matriz com a diminuição do número de Diretorias, objetivando melhorar a coesão das ações estratégicas e a eficiência na gestão da Companhia;
- Reorganizar divisões e gerências, visando reduzir a verticalização da estrutura para prover agilidade na cadeia decisória e dinamismo aos processos;
- Trazer as Superintendências para mais perto da Diretoria Executiva e estruturá-las em simetria com a Matriz, dando mais transparência na hierarquia funcional entre as unidades e aproximando a gestão estratégica das atividades operacionais realizadas em cada Município atendido.

Participação nos Municípios Atendidos em Santa Catarina - 2013-2018

Instituição	2013		2014		2015		2016		2017		2018	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Estado SC	295	100	295	100	295	100	295	100	295	100	295	100
CASAN	198	67	197	67	196	66	195	66	195	66	194	66

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

A Casan, partindo da premissa da sua missão, cumpridora do seu papel de agente do desenvolvimento sustentável, baseando o seu desempenho econômico a partir da prática da responsabilidade ambiental e social, visando o bem-estar dos seus empregados e da sociedade onde atua, segue aprimorando suas práticas e estruturas de gestão de riscos e compliance.

Além da responsabilidade individual de cada agente público em agir de acordo com os padrões legais e normativos, sob supervisão e orientação de seus superiores, o compliance da Companhia é fortalecido por diversas unidades organizacionais que integram uma camada de defesa contra a ocorrência de fraudes e corrupção: a Comissão de Conduta e Integridade, responsável pela manutenção e divulgação do Código de Conduta e Integridade; a Ouvidoria, responsável pelo recebimento e tratamento de denúncias internas e externas; a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias; e a Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos, que atua preventivamente nas atividades mais expostas ao risco de integridade.

O Código de Conduta e Integridade, presente desde o ano 2015 na Companhia, apresenta princípios éticos que consolidam os valores

organizacionais e se destina a orientar o comportamento de todos os membros da organização e demais grupos de interesse relacionados à empresa, considerando a legislação pertinente e contribuindo para a resolução de eventuais conflitos de interesses. Estão sujeitos ao Código de Conduta e Integridade todos os empregados da CASAN, comissionados, servidores públicos à disposição, estagiários, jovens aprendizes, prestadores de serviços e aqueles que exercem mandato, ainda que transitóriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo. A CASAN promove, anualmente, treinamentos sobre o Código de Conduta e Integridade para todos os empregados e administradores, conforme requerimentos legais.

No ano de 2018 foi criada a Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos, visando incentivar boas práticas de governança corporativa, aumentar a segurança quanto ao alcance dos objetivos estratégicos, incorporar o contexto de riscos à tomada de decisões, aprimorar o ambiente de controles internos e a conformidade a normas, requisitos legais e regulações pertinentes. Naquele mesmo ano, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Riscos, que institui diretrizes, competências e uma linguagem comum para o gerenciamento de riscos corporativos, e o Portfólio de Riscos, que é o conjunto dos principais riscos corporativos que a CASAN está exposta. Ambos têm norteado as ações estratégicas em curso na Companhia para a mitigação dos fatores do risco de integridade e para a implantação da gestão de riscos.

OUIDORIA

Com atuação desde 2008, é um canal eficaz para estimular a transparência e a eficiência na prestação dos serviços, com o objetivo garantir o direito de todo cidadão a manifestação de ocorrências e respostas.

Operacionalizada por meio do Sistema Integrado da Ouvidoria Geral do Estado de Santa Catarina, de acordo com os princípios e diretrizes da Companhia, a Ouvidoria da Casan tem a tarefa de receber, examinar e analisar os registros de ocorrências e dar encaminhamento sobre as denúncias sobre práticas consideradas ilícitas e contrárias aos interesses da empresa, como suspeitas de fraudes, atos de corrupção, falta de ética, desvios de condutas envolvendo empregados, administradores e terceirizados e dar o encaminhamento as reclamações de serviços não atendidos pelos "Canais de Atendimento".

Em 2018, foram registrados 1385 atendimentos, com 630 manifestações respondidas à Ouvidoria Geral do Estado, 707 à Agência Reguladora ARESC e 48 à Agência Reguladora ARIS.

Os atendimentos registrados, foram classificados em cinco tipos: **Sugestão (0,5%), Elogio (0,5%), Solicitação (24%), Reclamação/crítica (62%) e Denúncia (5%).**

Dentre as ocorrências, 97% referiram-se ao sistema de distribuição de água e esgotamento sanitários, somados a problemas nas faturas e no atendimento ao usuário dos serviços, 1% relacionados a sugestões à administração e 2% referentes à integridade. No tocante as denúncias relacionadas à integridade, após analisados os elementos mínimos de autoria e materialidade, a ouvidoria encaminha para as áreas competentes para instrução processual e, conforme o caso concreto, encaminhado à Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias para investigação e procedimentos.

O percentual de resolubilidade foi na ordem de 97% sendo que, das 1385 demandas oficialmente recebidas, 1344 foram registradas, encaminhadas e respondidas aos demandantes e, 41 ficaram em aberto para respostas conclusivas no início de 2019.

A Ouvidoria da Casan proporciona ao cidadão o direito a exercer cidadania na expectativa de atendimento respeitoso, técnico, ágil e eficiente, e está se reestruturando para atender as adequações legais e estruturais para superar o índice de resolubilidade e contribuir para a excelência na prestação dos serviços da Companhia. Seu horário de atendimento é das 08hs às 17hrs em dias úteis, e canais para registro das ocorrências, sugestões e elogios nos telefones: (48) 3221-5208 e 0800 644 8500 das 13hs às 19hs em dias úteis; Correspondência: **Rua Emilio Blum, 83, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-010.** Internet: www.casan.com.br e www.ouvidoria.sc.gov.br

RELAÇÃO COM O PODER CONCEDENTE E CONTRATOS DE PROGRAMA

No que tange à relação entre a Casan e o Poder Concedente (Municípios), a sua regularização contratual segue sendo gradativamente substituída por instrumento jurídico denominado "Contrato de Programa", instituído através da Lei Federal 11.445/2007, novo marco regulatório, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico, criando um novo ambiente regulatório para o setor.

O instrumento do Contrato de Programa, que vem substituindo os nossos convênios e contratos de concessão junto aos municípios, representa um avanço institucional, pois garante solidez legal para o negócio e segurança para os investimentos, por assegurar a continuidade da prestação dos serviços, de modo planejado, através da operacionalização e execução das metas e ações que constam nos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Nessa direção, a Companhia concretizou em 2018 a assinatura de mais 07 Contratos de Programa, com os municípios de Bom Retiro, Içara, Pescaria Brava, Pinhalzinho, São Domingos, Treze Tílias e Xanxerê possuindo agora 33 Contratos de Programa formalizados com municípios que somados, representam mais de 64% da receita total da Companhia.

A perspectiva é de seguir buscando formalizar esse instrumento junto aos demais Municípios operados, sendo que a Diretoria Executiva já tem iniciadas tratativas de negociações com diversos municípios responsáveis por mais boa parte da receita.

ETA - ESTAÇÃO TRATAMENTO ÁGUA - CHAPECÓ



INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

Alguns dos principais números relacionados as atividades operacionais, que dão uma dimensão do tamanho da Companhia, são demonstrados nos quadros abaixo:

Redes de abastecimento e coleta	Extensão
Água (Km)	13,8 mil km
Esgoto (Km)	1,5 mil km
Total	15,3 mil km
Adutoras de Água	Extensão
Água Bruta	573 km
Água Tratada	526 km
Total	1.099 km
Consumo de Energia	Quantidade
Total	200,7 milhões kWh

Estações de Tratamento	Quantidade	Capacidade
Água	305	9,7 mil L/seg
Esgoto	28	1,8 mil L/seg
Total	333	11,5 mil L/seg
Elevatórias	Quantidade	Capacidade
Água Bruta	546	7,9 mil L/seg
Água Tratada	450	3,6 mil L/seg
Total	996	11,5 mil L/seg
Reservatórios	Quantidade	Reservação
Água	835	200.500 m³

Evolução das Ligações e Economias de Água - 2013-2018

Especificação		2013	2014	2015	2016	2017	2018
RESIDENCIAL	ligações	662.587	679.864	708.166	716.777	727.777	718.663
	economias	901.427	945.546	973.580	990.564	1.015.852	1.011.656
COMERCIAL	ligações	46.893	52.435	40.124	40.772	41.883	41.394
	economias	84.595	92.711	93.958	95.381	96.759	94.270
INDUSTRIAL	ligações	4.668	5.705	5.212	5.186	5.280	5.153
	economias	5.286	6.579	6.226	6.178	6.271	6.109
PÚBLICA	ligações	11.496	12.652	12.262	12.595	12.724	12.456
	economias	13.254	14.438	14.799	15.264	15.383	15.008
TOTAL ÁGUA	ligações	725.644	750.656	765.764	775.330	787.664	777.666
	economias	1.004.562	1.059.274	1.088.563	1.107.387	1.134.265	1.127.043
	Crescimento Anual - Ligações	3,32%	3,45%	2,01%	1,25%	1,59%	-1,27%
	Crescimento Anual - Economias	4,55%	5,45%	2,77%	1,73%	2,43%	-0,64%
	Índice de Hidrometração	99,50%	99,56%	99,54%	99,57%	99,57%	99,56%

Em 2018, ligeira redução no número de ligações e economias de água, devido a municipalização dos serviços em Guabiruba, Morro da Fumaça, Princesa e Videira.

Evolução das Ligações e Economias de Esgoto - 2013-2018

Especificação		2013	2014	2015	2016	2017	2018
RESIDENCIAL	ligações	56.236	58.505	64.222	70.400	78.024	82.327
	economias	161.638	170.918	181.416	193.970	211.439	220.696
COMERCIAL	ligações	9.463	10.468	9.140	9.730	10.453	11.064
	economias	29.574	31.034	31.363	32.322	33.716	33.777
INDUSTRIAL	ligações	547	672	670	711	749	744
	economias	764	886	864	905	943	947
PÚBLICA	ligações	1.248	1.377	1.403	1.507	1.623	1.772
	economias	1.780	1.933	2.013	2.149	2.344	2.495
TOTAL ESGOTO	ligações	67.494	71.022	75.435	82.348	90.849	95.907
	economias	193.756	204.771	215.656	229.346	248.442	257.915
	Crescimento Anual - Ligações	6,45%	5,23%	6,21%	9,16%	10,32%	5,57%
	Crescimento Anual - Economias	7,95%	5,68%	5,32%	6,35%	8,33%	3,81%

Em 2018, crescimento no número de ligações e economias de esgoto devido principalmente ao início da operação dos novos sistemas de esgotamento sanitário.

Evolução do Volume Disponibilizado de Água - 2013-2018 (1.000m³)

Volume (m³)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Disponibilizado Água*	229.322	229.430	228.276	258.422	267.204	264.816
Varição Anual	9,61%	0,05%	-0,50%	13,21%	3,40%	-0,89%

Evolução do Volume Faturado de Água por Categoria - 2013/2018 (1.000m³)

Categoria	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	133.913	140.245	141.338	145.277	147.369	148.044
Comercial	15.462	16.350	16.378	16.796	16.793	16.777
Industrial	2.947	3.029	3.027	2.828	2.769	2.765
Pública	22.335	22.358	22.444	23.836	26.233	26.581
Total	174.657	181.981	183.186	188.736	193.164	194.167
Varição Anual	3,74%	4,19%	0,66%	3,03%	2,35%	0,52%

Evolução do Volume Faturado de Esgoto por Categoria - 2013/2018 (1.000m³)

Categoria	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	23.558	24.763	25.460	27.146	29.544	31.044
Comercial	5.079	5.520	5.543	5.749	5.964	6.127
Industrial	305	343	295	300	323	342
Pública	1.649	1.739	1.797	1.842	2.074	2.093
Total	30.591	32.365	33.095	35.037	37.905	39.606
Varição Anual	4,67%	5,80%	2,26%	5,87%	8,19%	4,49%

Em 2018, apesar da ligeira redução no total de água disponibilizado, houve aumento nos volumes faturados de água e esgoto.

ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - BARRA DA LAGOA



ACONTECIMENTOS

Dentre os acontecimentos relevantes que marcaram o ano, alguns merecem destaques:

- Conclusão das obras e entrega de mais 7 sistemas de esgotamento sanitário, que entraram em operação nos municípios de Araquari (Centro), Canoinhas, Forquilha, Otacílio Costa, Ituporanga, Turvo e Içara.

- Iniciada a maior obra de esgotamento sanitário do Estado e lançado Edital de Licitação da segunda maior, ambas no município de Florianópolis, com previsão de investimento na ordem de R\$ 181,6 milhões, a Casan ampliará o sistema em mais 18 bairros da cidade. Será construída uma nova estação de tratamento no bairro João Paulo, a estação de Tratamento de Esgoto Insular será ampliada e modernizada e serão assentados quilômetros de rede coletora nos bairros.

- Executada a obra de Balneabilidade da Beira-Mar Norte de Florianópolis, a partir da inspiração de um projeto semelhante nos Estados Unidos, em março de 2018 iniciou-se a obra para dar tratamento a água contaminada da rede de drenagem que era lançada ao mar. A obra já entrou em sistema de pré-operação no Verão 2018/2019.

- Lançado o novo Código de Conduta e Integridade, após uma intensa campanha de divulgação que contagiou todas as unidades, com objetivo de fixar parâmetros de ética e conduta, em consonância com as adequações demandadas pela Lei Federal 13.303/2016 e reforçando a missão, visão e valores, com o objetivo de nortear a rotina dos funcionários.

- Lançado o aplicativo CASAN SC, que facilita a comunicação imediata com o usuário. Através do aplicativo, o usuário recebe avisos da falta de fornecimento de água em sua cidade ou bairro, comunica vazamentos e problemas para que sejam providenciados serviços, efetua pagamentos de fatura pelo celular, localiza uma agência da CASAN mais próxima entre outras funcionalidades.

- Conclusão do processo de PDVI (Plano de Demissão Voluntária Incentivada), o maior incentivo da história da Casan, onde cerca de 626 funcionários que representavam 40,8% da Folha de Pagamento, desligaram-se da empresa.

- Lançado o cartão de crédito denominado "Cartão Se Liga Na Rede", que possibilita o financiamento da compra de material de construção e o pagamento de mão de obra para a realização correta da ligação de esgoto na rede.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

No exercício de 2018, a CASAN auferiu receita de aproximadamente R\$1,2 bilhão em razão da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Este valor é 6% superior ao apurado no exercício anterior.

As tarifas decorrentes dos serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 80% da receita obtida em 2018, o equivalente a R\$955 milhões. Enquanto isso, as tarifas referentes às operações na área de esgotamento sanitário representaram 18% da receita, cerca de R\$220 milhões. Os 2% restantes, cerca de R\$21 milhões, compreendem outros serviços prestados pela Companhia, como ligações, acréscimos por imp pontualidade, consertos de hidrômetros etc.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1.235 milhões no ano, o que corresponde a um acréscimo de 13% em relação ao ano anterior. Esse aumento deve-se principalmente ao crescimento das despesas gerais e administrativas da Companhia, o qual reflete a apropriação de despesas referente ao lançamento do Programa de Demissão Incentivada que se iniciou no final do ano de 2017 e finalizou em outubro de 2018. Observou-se acréscimo na despesa financeira líquida de 51%, que somaram R\$128,5 milhões em 2018.

O prejuízo apurado antes dos impostos sobre o lucro no ano de 2018, da ordem de R\$195,6 milhões, é 5 vezes maior do que o prejuízo apurado no ano anterior, por conta principalmente do aumento das despesas citadas anteriormente.

Redução significativa foi verificada no resultado líquido do exercício, que passou de R\$28,5 milhões de prejuízo para R\$119,2 milhões de prejuízo. Como já mencionado, os reflexos do lançamento do programa de demissão incentivada foram fatores preponderantes para a modificação verificada no resultado de 2017 e 2018.

Comparativo dos Resultados CASAN - 2013 a 2018 (R\$ mil)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receita Operacional	727.015	820.175	878.897	1.011.284	1.126.217	1.197.061
Custos / Despesas	(623.706)	(621.302)	(772.426)	(849.821)	(1.090.889)	(1.235.504)
Resultado Financeiro	(35.972)	(68.183)	(95.413)	(124.562)	(71.703)	(128.549)
Resultado antes do IR e da CSLL	67.337	130.690	11.058	36.901	(36.375)	(195.614)
Resultado Líquido do Exercício	41.584	74.734	10.936	28.374	-28.478	-119.225



ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - XAXIM

Realinhamento Tarifário - 2013 a 2018

Ano de reajuste	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Percentual (%)	6,82	7,15	11,94	10,81	6,08	4,39

Em 2018, foi aberta consulta pública da ARES, sobre a revisão e alteração da estrutura tarifária da Companhia. A expectativa é que ao longo de 2019, seja concluída e aplicada pelas agências reguladoras a primeira revisão tarifária da Companhia.

Tarifa Social

A denominada Tarifa Social, com valor especial bastante reduzido, é destinada à população de baixa renda, visando a inclusão social através dessa facilitação ao acesso dos serviços de saneamento e assim melhorando a qualidade de vida e gerando reflexos diretos na saúde e no bem-estar.

No ano de 2018, foram beneficiadas com a Tarifa Social 7,9 mil famílias, que passou a ser de R\$8,26/mês por até 10m³.

INVESTIMENTOS EXECUTADOS

O montante de recursos aplicados em 2018 para investimentos foi de R\$238,4 milhões. O valor foi muito próximo ao realizado no ano anterior, comprovando a continuidade da execução no plano de Investimentos da Companhia, conforme apresentado no quadro abaixo e nos demais detalhamentos a seguir.

Quanto aos indicadores apurados em 2018, conforme apresentado no quadro abaixo, verificaram-se melhorias na receita, endividamento financeiro e na representatividade dos Impostos em relação à receita. Em contrapartida, o endividamento geral da Companhia elevou-se e as demais margens reduziram-se no ano. O mesmo movimento foi verificado na Geração de Caixa, EBITDA e EBIT ajustados.

com recursos financiados. Além disso, como já abordado anteriormente, em 2018 os resultados e indicadores econômicos foram afetados pelas despesas relacionadas ao lançamento de um novo Plano de Demissão Voluntária Incentivada.

No quadro a seguir além dos dados de 2013 a 2018, também se apresentam os indicadores e *covenants* quando consideramos o lançamento do PDVI como um evento extraordinário, e o excluímos do cálculo, tornando os resultados verificados substancialmente melhores.

Esse cenário reflete o movimento de ampliação do atendimento da CASAN, já que boa parte dos investimentos está sendo realizada

Indicadores Econômicos CASAN - 2013 a 2018

INDICADORES	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2018 Sem PDVI
Ativo Total (AT)	2.328.908	2.408.156	2.668.241	2.898.526	3.226.243	3.326.895	3.326.895
Patrimônio Líquido (PL)	1.220.275	1.278.376	1.278.823	1.339.061	1.306.667	1.246.082	1.246.082
Receita Operacional Líquida (ROL)	659.952	744.696	796.924	917.429	1.020.802	1.085.552	1.085.552
Lucro Líquido (LL)	41.584	74.734	10.936	28.374	(28.478)	(119.225)	109.498
Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)	0,47	0,46	0,51	0,53	0,59	0,62	0,47
EBITDA Ajustado ¹	172.350	168.313	175.564	255.273	118.406	27.733	374.117
EBIT Ajustado ¹	108.884	106.576	110.774	186.344	43.584	(54.057)	292.327
Geração de Caixa Ajustada ¹	173.949	107.551	194.937	196.016	92.922	98.456	327.178
Endividamento Financeiro (EFT/AT)	0,14	0,20	0,28	0,32	0,36	0,35	0,35
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,29	0,08	0,05	0,04	0,16	0,24	0,24
Margem Bruta (LB/ROL)	56,47%	55,04%	51,42%	55,04%	55,94%	55,78%	55,78%
Margem Operacional (LO/ROL)	10,06%	17,54%	1,42%	3,97%	-3,58%	-18,04%	13,87%
Margem Líquida (LL/ROL)	6,30%	10,04%	1,37%	3,09%	-2,79%	-10,98%	10,09%
Margem EBITDA Ajustada (EBITDA/ROL) ¹	26,12%	22,60%	22,03%	27,82%	11,60%	2,55%	34,46%
Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))	3,36%	5,76%	0,84%	2,09%	-2,15%	-9,42%	8,65%
Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	0,49	0,47	0,41	0,39	0,40	0,35	0,46
Liquidez Corrente (AC/PC)	1,34	1,75	1,72	1,58	1,37	0,87	1,01
Covenant Debêntures ²	NA	NA	3,3	3,2	7,7	36,9	2,7
Impostos/Receita Bruta ³	12,67%	11,15%	10,29%	11,56%	9,36%	9,32%	12,76%

¹ Indicadores ajustados em função da exclusão das despesas com provisões trabalhistas e cíveis do cálculo do EBITDA.

² Dívida Líquida / EBITDA <= 3,2, conforme contrato. Aplicável a partir de 2015. Cálculos realizados utilizando o EBITDA Ajustado.

³ Impostos: PASEP + COFINS + IR + CSLL

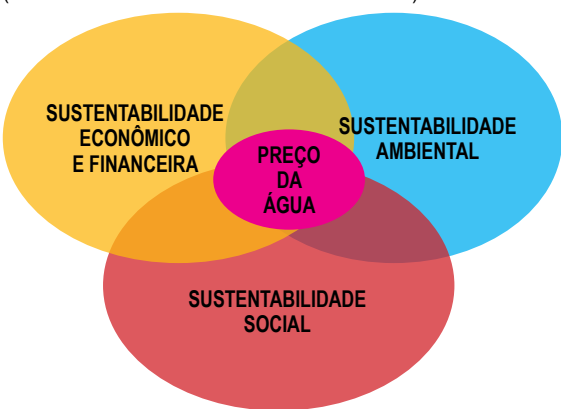
Obs. 1: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido.

POLÍTICA TARIFÁRIA

A política tarifária tem como referência uma tabela tarifária única, separada por categorias de consumidores e com escalas por faixas/quantidades crescentes de consumo, vigente para todos os municípios que detêm a concessão/contrato para exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Essa política, de grande relevância para a sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro dos SAA e/ou SES nos municípios onde a CASAN atua, visa buscar um ponto de equilíbrio, que permita-nos oferecer condições semelhantes de qualidade e de acesso aos serviços para todos os cidadãos atendidos pela Companhia, ao mesmo tempo que busca inibir consumo supérfluo, evitar desperdício de recursos, além de gerar recursos para investimentos afim de atingir a universalização (modelo fundamentado no Decreto Federal nº 7.217/2010 e aprovado pelas Agências Reguladoras).

FIGURA REPRESENTATIVA DO EQUILÍBRIO ENTRE SUSTENTABILIDADE E PREÇO DA ÁGUA
(Com base na Lei 11.445/07 e decreto 7.217/10)



Para manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, que é constantemente alterado devido às perdas inflacionárias, às mudanças de mercado e a necessidade de cumprir metas dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de ampliação e melhoria dos SAA e SES, a CASAN tem assegurado o direito de solicitar as Agências Reguladoras reajustes tarifários a cada período de 12 meses.

No ano de 2018, a CASAN aplicou no mês de agosto um reajuste tarifário, homologado pelas Agências Reguladoras, aos Serviços de Abastecimento de Água e Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários no percentual de 4,39%, aplicado de forma linear, em todas as categorias e faixas de consumo.

Após este reajuste a tarifa mínima residencial normal que representa quase 90% do nosso número total de clientes passou a ser de R\$44,04/mês por até 10m³.

Evolução dos Investimentos - 2013 a 2018 - (R\$ 1.000)

Distribuição dos Investimentos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total no Período	%
Água	727.015	820.175	878.897	1.011.284	1.126.217	1.197.061	344.452	14,24
Esgoto	(623.706)	(621.302)	(772.426)	(849.821)	(1.090.889)	(1.235.504)	845.280	72,73
Outros	(35.972)	(68.183)	(95.413)	(124.562)	(71.703)	(128.549)	137.769	13,04
Total	67.337	130.690	11.058	36.901	(36.375)	(195.614)	1.327.501	100%

Maiores Investimentos Executados nos Sistemas:

Os principais investimentos realizados ao longo de 2018, para a implantação, melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto, foram executados nos seguintes municípios, com os objetivos, conforme abaixo:

MUNICÍPIO	SISTEMA	OBRA	SITUAÇÃO
ARAQUARI	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário - Centro	Concluído
	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário - Itinga	Andamento
CONCÓRDIA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
CRICIÚMA	Esgoto	Ampliação da Rede e da Estação de Tratamento de Esgotamento Sanitário	Andamento
CURITIBANOS	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
CHAPECÓ	Esgoto	Ampliação da Rede e da Estação de Tratamento de Esgotamento Sanitário - EFAP	Andamento
FLORIANÓPOLIS	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento da Água	Andamento
	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
FORQUILHINHA	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário	Concluído
IBIRAMA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
INDAIAL	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
IPIRA/PIRATUBA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
ITUPORANGA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Concluído
LAURO MULLER	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
OTACÍLIO COSTA	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Concluído
PIÇARAS	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
RIO DO SUL	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário	Andamento
SÃO JOSÉ	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - Bacias E1/F	Andamento
	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - Ponta de Baixo / Praia Comprida / Centro Histórico	Andamento
	Água	Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água - Construção de Reservatórios	Andamento

◆ Somente as obras de esgotamento sanitário listadas acima, totalizam mais de 800 quilômetros de redes coletoras e emissários.

◆ Somente as obras de esgotamento sanitário listadas acima, totalizam mais de 800 quilômetros de redes coletoras e emissários.

• Destaques de outros Investimentos Relevantes nos Sistemas

Além das grandes obras destacadas acima, foram realizados diversos outros investimentos significativos nos municípios operados, para a manutenção e melhoria da prestação dos serviços dos quais se destacam: extensões, melhorias e manutenções de redes, perfuração de novos poços, compra e serviços de instalação de equipamentos eletromecânicos como bombas submersíveis, bombas dosadoras, motobombas entre outras.

• Gestão de Suprimentos

São destinados à custeio, manutenção e operacionalização da Companhia um rol de aproximadamente 1.440 itens, dentre eles: produtos químicos, materiais hidráulicos, materiais de segurança, uniformes operacionais, materiais de expediente, ferramentas, materiais elétricos, materiais filtrantes, entre outros.

A gestão de compras e de estoques é baseada em parâmetros de consumo, materiais em estoque, prazos de entregas e saldos contratuais.

O tratamento de água e esgoto, a gestão de compras de produtos químicos e materiais filtrantes, são realizados com base em informações obtidas das áreas operacionais, referentes às demandas dos produtos e dos parâmetros de consumo médio.

A Empresa promove o controle e a fiscalização do uso de reagentes e produtos químicos utilizados em seus diversos laboratórios e sistemas de abastecimento de água, emitindo relatórios mensais para acompanhamento e controle pela Polícia Federal.

O investimento no ano de 2018 relativos aos materiais de manutenção adquiridos foi de mais de R\$41,9 milhões, dos quais os mais representativos foram:

- ◆ Conexões e acessórios: R\$ 4,6 milhões
- ◆ Materiais de segurança: R\$ 0,8 milhões
- ◆ Tubos: R\$ 9,7 milhões
- ◆ Materiais elétricos: R\$ 0,9 milhões
- ◆ Produtos químicos: R\$24,2 milhões

• Tecnologia da Informação

Com o objetivo de garantir a segurança nas atividades da Companhia, a confiabilidade nas informações, a atualização de sistemas operacionais, o gerenciamento de dados que tramitam no ambiente interno e externo, foi investido no ano de 2018 o montante na ordem de R\$5 milhões em softwares e hardwares, com as seguintes ações de investimentos:

- ◆ Atualização do hardware e software do data center, trazendo para a CASAN ganho significativo de performance.
- ◆ Implantação do SAP/PS - Sistema de Controle de Obras e Projetos.
- ◆ Implantação da ferramenta de comunicação interna Redemaiscasan.
- ◆ Desenvolvido o app CASANSC, para facilitar comunicação com nossos clientes.
- ◆ Implantação do firewall de segurança para processos internos e sistemas da Companhia.

Desenvolvido o novo Portal Transparência, em adequação aos requisitos da Lei 13.303/2016.

• Repasse aos Fundos Municipais

Fortalecendo o vínculo mantém com os municípios operados e cumprindo com as cláusulas financeiras constantes de diversos Convênios celebrados com os Municípios, a CASAN repassou através dos Fundos Municipais de Saneamento um total de R\$57,3 milhões, para que os municípios utilizem na melhoria do saneamento com ações complementares as executadas pela Companhia e na redução do impacto das intervenções decorrentes dos serviços.

• Licitações e Contratos

As contratações realizadas em 2018 totalizaram o montante de R\$ 283,2 milhões, representando novos contratos assinados em contratações diretas (dispensas de licitação por valor) e as retiradas de ata de registro de preço efetivadas no ano.

Cerca de 53% dos valores contratados foram licitados por meio da modalidade de Concorrência Pública, que representa a contratação de obras civis e serviços de engenharia, seguidos de 22% através da modalidade de Pregão Eletrônico, que representa boa parte das aquisições de materiais e contratações de serviços comuns e de engenharia.

Em adequação à Lei Federal nº 13.303/2016, desde julho de 2018, as compras e contratações passaram ser regulamentadas, pelo Anexo XXI da Instrução Normativa Conjunta SEF/SCC nº 005/2018 e pelas demais leis correlatas. Foi criado o novo Manual de Compras e Contratações da CASAN como normativa interna complementar, e atualizado o Manual de Gestão de Contratos para adequação à legislação vigente.

Foram instruídos 1811 processos de compras, 561 realizados pela Gerência de Licitações da Matriz, e 1250 pelas Gerências Administrativas e Financeiras das Superintendências Regionais de Negócio da CASAN.

GESTÃO COMERCIAL

• Substituição/Instalação de Hidrômetros

Em decorrência de complicações no processo de aquisição de novos hidrômetros para manter a idade média do parque de hidrometria, foram substituídos em 2018 apenas 13,4 mil hidrômetros e aferidos 5,4 mil hidrômetros.

• Acompanhamento e Fiscalização Comercial Operacional.

Realizadas cerca de 9,4 milhões de Leituras de hidrômetros para faturamento.

Acompanhadas pendências de serviços comerciais prioritários e aprimoradas de ferramentas comerciais e de gestão como o SCI, Faturômetro e GIS.

Fiscalizadas 25 mil ligações, com aplicação de 968 sanções, os valores de multas aplicadas aos usuários fraudadores chegaram a R\$326 mil.

Realizados 94 mil cortes de ligações, como medida de cobrança, resultando no retorno de mais de R\$14 milhões em faturas quitadas e renegociadas.

Capacitações dos Atendentes Comerciais, com objetivo de padronizar e diminuir as possíveis disparidades existentes nos procedimentos comerciais realizados pela Casan em todos os seus pontos de atendimento ao público, bem como, a atualização dos materiais de capacitação e consulta, que definem os procedimentos a serem adotados por toda estrutura comercial da Companhia.

• Gerenciamento do Cadastro de Clientes Inadimplentes e Programas de Cobrança.

Visando manter a inadimplência controlada, como forma de cobrança, em 2018 cerca de 19 mil usuários devedores estavam inclusos no Serasa, foram realizados 42 mil contatos telefônicos nos programas de cobrança com parcelamentos de dívidas e para órgãos centralizados dos Poderes Municipais, Estaduais e Federais são utilizadas as Certidões de Negativas de Débito, como ferramenta auxiliar a manter a pontualidade dos pagamentos.

• Atendimento de Clientes

Via atendimento personalizado (Call Center), foram atendidas 330 mil ligações, resultando em 426 mil solicitações de Serviços, além de outros 12 mil atendimentos via Chat (Atendimento textual via internet).

Via atendimento automatizado (Unidade Remota de Atendimento - URA) foram atendidas 475 mil ligações, resultando em 15 mil solicitações de Serviço.

GESTÃO AMBIENTAL

A CASAN, executando sua atividade principal de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, tem o compromisso de promover a melhoria da qualidade de vida sempre buscando minimizar os impactos ambientais de suas operações.

A CASAN planeja e gerencia o processo de licenciamento ambiental e de outorga de direito de uso da água de seus sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, das novas obras, como também, da adequação de instalações existentes (ETE/ETA e outros) para que estes possam operar em conformidade com a legislação ambiental pertinente.

Dentre as várias atividades desenvolvidas com enfoque direto nas questões ambientais e de preservação, destacam-se:

– Acompanhamentos de processos de Licenciamento Ambiental junto aos órgãos responsáveis para 58 Sistemas de Abastecimento de Água - SAA e 23 Sistemas de Esgotamento Sanitário

– SES e de Transporte de Produtos Químicos Perigosos; e

– Cadastramento de 80 mananciais subterrâneos e superficiais de captação utilizados pela Casan para abastecimento público e 02 de lançamentos de efluente tratado, com a finalidade de obtenção da Outorga de Direito de Uso da Água, junto a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS.

– Programa de Educação Ambiental, através da participação em palestras, feiras e visitas guiadas, com o objetivo de dialogar com a sociedade e ajudá-la a entender os processos envolvidos em ações de saneamento, criando um vínculo entre educação, meio ambiente, ética e boas práticas sociais, envolvendo a Casan e seus usuários através do conhecimento. No ano de 2018, recebemos nos canais eduambiental@casan.com.br e no site do TRATO PELO SANEAMENTO, 118 solicitações de atividades, num total de mais de 9.500 pessoas atendidas no Estado.

– Participação no Programa de Segurança da Água nos sistemas utilizados pela CASAN para abastecimento no Estado com a finalidade de avaliar as condições operacionais e ambientais;

– Participação nos Conselhos, Câmaras Técnicas, Comissões, Grupos de Trabalho e Fóruns dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH); e;

– Coordenação de trabalho em parceria com CONSÓRCIO IBERÉ para o Projeto de Preservação, Conservação, Recuperação e Manutenção de Matas Ciliares.

– Aumento da eficiência energética, com ações que visam à modernização dos equipamentos eletromecânicos e dos quadros de comandos dos sistemas de água e esgoto como objetivo de melhorar a eficiência dos sistemas, bem como a redução do consumo de energia.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O capital humano da Companhia é a sua principal ferramenta rumo ao sucesso, e reter nossos talentos é um grande desafio.

No quadro abaixo são demonstradas as alterações do quantitativo de pessoal da Companhia:

Movimentações do quantitativo de Pessoal

HISTÓRICO	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Admissões	91	272	122	63	57	456
Demissões	63	61	50	23	128	547
Reintegrações	18	6	2	1	0	3
Quantitativo	2.283	2.500	2.581	2.622	2.551	2.463
Aposentados por invalidez*	-	-	-	-	-	92
Quantitativo do E-SOCIAL	-	-	-	-	-	2.555

*empregados desligados por aposentadoria por invalidez, são agora

informados em razão das exigências do e-Social

Para desenvolver seus colaboradores, a CASAN investe para capacitar profissionais a fim de colaborar com o crescimento da organização, ao mesmo tempo que sintam que estão sendo reconhecidos e se desenvolvendo profissionalmente.

Nesse sentido, com o objetivo favorecer ao trabalhador maior qualidade de vida dentro e fora da empresa, a Casan na área de gestão de pessoas, possui as seguintes estruturas, programas e benefícios:

Auxílio financeiro e Licença - PNE	Para colaboradores com filho ou cônjuge Portador de Necessidades Especiais
Auxílio financeiro para Educação	Com objetivo de melhorar a formação educacional do seu corpo técnico. Tendo sido 335 empregados beneficiados em 2018
Auxílio financeiro para Creche / Babá	Para colaboradores com filhos com idades entre 0 e 5 anos
Complementação de salário Auxílio Doença	Para colaboradores afastados pelo INSS por doença ou acidente de trabalho
Programa VIDAS	Com objetivo de orientar os aptos ao desligamento da empresa, a definir qual o melhor momento de encerrar a carreira, sem perder qualidade de vida
Plano de Cargos e Salários	Atualizado em 2010/2011, modernizando a política de RH da empresa
Plano de Saúde	Através de contrato com a Unimed e extensível aos dependentes
Plano Odontológico	Através de contrato com a Uniodont e extensível aos dependentes
Programa de Alimentação do Trabalhador	Fornecimento de Vale Alimentação / Refeição através de contrato com a GreenCard
Vale Cultura	Nos termos da legislação vigente, disponibilizado através de contrato com a Ticket

• Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho

Garantir a saúde, a segurança, a qualidade de vida dos funcionários, faz parte dos objetivos da Casan, para manter um ambiente de trabalho seguro e saudável, a empresa tem em seu quadro funcional profissionais de engenharia, medicina, enfermagem, técnicos em segurança do trabalho e assistentes sociais. Em conjunto, esses profissionais desenvolvem atividades voltadas para a prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais, por meio de programas específicos como o Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) que tem como objetivo promover e preservar a saúde dos colaboradores, proporcionando bem-estar no trabalho, aumento de produtividade e eficácia dos processos produtivos e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), presente em todas as agências do estado, que possuem número igual ou superior a 20 empregados, com o objetivo de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho.

Através de sua equipe técnica mantém os Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (LTCATs), realiza diversas ações determinadas pelo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), com o objetivo de antecipar e reconhecer os riscos aos quais os colaboradores possam ser submetidos em suas atividades cotidianas, realizar treinamentos na área da prevenção de acidentes e conscientizar quanto ao uso dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual).

A área de Segurança do Trabalho mantém criteriosamente controle do rol de EPIs adequados para cada risco existente, garantindo a proteção dos trabalhadores no exercício de suas atividades laborais.

• Programa de Demissão Voluntária Incentivada/PDVI 2017

O Programa fez parte do Plano de Negócios da Empresa, aprovado pelo Conselho de Administração, com 626 desligamentos, de novembro/2017 a outubro/18, e vem apresentando resultados de forma gradativa e as perspectivas para os próximos exercícios são favoráveis pois reduz as despesas de pessoal e propicia a renovação do quadro de empregados, aliado ao fato de que os desligamentos ocorreram de forma digna e segura, encerrando um ciclo de vida profissional, com o cumprimento do importante papel social que a empresa desempenha junto aos seus colaboradores.

Com os desligamentos ocorridos, a Casan admitiu através do último concurso público novos colegas, para suprir a necessidade de demanda administrativa e operacional e também para oxigenar a Companhia com novas ideias e crescimento.

ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - MORRO DOS QUADROS



COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL, QUANTO A:

Quantificação, segundo a escolaridade			Quantificação, segundo o tempo de serviço		
Escolaridade	Quantidade 2017	Quantidade 2018	Idade	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Analfabeto	0	0	Até 5 anos	665	987
Alfabetizado	19	87	De 6 a 10 anos	484	545
Fundamental	409	160	De 11 a 15 anos	460	485
Médio (2º grau)	1.021	1.032	De 16 a 20 anos	235	241
Superior	544	711	De 21 a 25 anos	5	1
Especialização	492	498	De 26 a 30 anos	232	94
Mestrado	62	65	Mais de 30 anos	470	202
Doutorado	4	2	Total	2.551	2.555
Total	2.551	2.555	Quantificação, segundo o gênero		
Quantificação, segundo a idade			Gênero	Quantidade 2017	Quantidade 2018
Idade	Quantidade 2017	Quantidade 2018	Masculino	2.103	2.037
Até 24 anos	39	80	Feminino	448	518
De 25 a 34 anos	508	683	Total	2.551	2.555
De 35 a 44 anos	722	868	Quantificação, segundo o gênero		
De 45 a 54 anos	718	613	Gênero	Quantidade 2017	Quantidade 2018
De 55 a 64 anos	500	261	Masculino	2.103	2.037
Mais de 65 anos	64	50	Feminino	448	518
Total	2.551	2.555	Total	2.551	2.555

Conforme verificado nos quadros acima, percebe-se uma alteração no perfil do quadro de pessoal, em decorrência da significativa saída e ingresso de funcionários ocasionada pelo PDVI.

Em geral, as mudanças percebidas foram aumento da escolaridade, redução na média de idade e de tempo de serviço e aumento da participação de mulheres no quadro.

• Treinamento e Desenvolvimento

Foi investido pela Companhia em capacitação e desenvolvimento o montante de R\$ 780 mil. Foram realizados 1.806 cursos de capacitação, proporcionando 96.198 horas de capacitação distribuídas na forma de ações em *e-learning*, capacitação *in company*, cursos presenciais, repasses de capacitação interna e transmissão de conteúdo/conhecimento, totalizando treinamentos a 2.023 colaboradores.

O ano foi marcado com o início da execução de um grande projeto de capacitação, totalmente desenhado para nossos colaboradores da área operacional, enquadrados no cargo de Instalador Hidráulico-Sanitário e Agente Administrativo Operacional.

Há que se destacar também, a efetiva participação na comissão organizadora do Congresso Catarinense de Saneamento – CONCASAN, que em sua segunda edição, contou com a presença efetiva de 315 colaboradores e teve a participação efetiva de profissionais da área, empresas prestadoras de serviços e fabricantes de equipamentos, estudantes, que durante dois dias debateram, discutiram e aprofundaram seus conhecimentos no tema de Saneamento. Concomitantemente foi realizado o 9º Encontro Técnico da CASAN, oportunidade para os nossos colaboradores e também colaboradores de outras empresas de saneamento do país apresentarem seus trabalhos técnicos e suas pesquisas.

• Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz

Mantidos através de convênios com as Instituições Educacionais públicas e privadas, em conformidade com a Lei 11.778/2008 e Lei 10.097/2000, os jovens estudantes recebem a oportunidade de inclusão ao mercado de trabalho com o recebimento de auxílios financeiros, possibilitando a obtenção de capacitação através de uma experiência profissional, preparação para o mercado de trabalho, inclusão a jovens em situação social vulnerável. Em 2018, a CASAN admitiu 174 estagiários, com custos de R\$ 1 milhão e passaram pelo programa Jovem Aprendiz passaram 105 jovens, com custo de R\$ 1,6 milhão.

OS PRÓXIMOS ANOS

Dando prosseguimento a sua política de expansão de atendimento, a CASAN segue ampliando a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, visando atender o objetivo do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) no que diz respeito a universalização dos serviços, mesmo que com atraso, e compatibilizar as metas estabelecidas nos planos de saneamento dos municípios atendidos e a capacidade de investimento da companhia. A responsabilidade é grande já que a universalização do atendimento de esgotamento sanitário trará significativos ganhos em termos de qualidade de vida para a população catarinense.

O Plano de Investimentos da CASAN, prevê até 2023 a realização investimentos com a aplicação de recursos da União e de agentes financiadores nacionais e estrangeiros, além de parcela significativa de recursos próprios, seja na forma de contrapartida aos contratos de



ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - BARRA DA LAGOA

financiamento, na realização integral de investimentos e também no que diz respeito aos encargos financeiros dos investimentos.

O volume financeiro de investimentos planejados para o período é direcionado principalmente as obras para implantação e ampliação dos serviços de esgotamento sanitário, correspondentes, sendo o restante direcionado principalmente para as obras programadas para melhoria e ampliação do abastecimento de água. O quadro abaixo apresenta a distribuição dos investimentos segundo a fonte dos recursos; ou seja, entre próprios (CASAN) que somam 38% e externos (agentes financeiros/União), que somam 62%, discriminando a distribuição dos investimentos planejados também por montantes ligados a cada agente financiador.

FONTE DE RECURSOS	EXTERNO (R\$)	CASAN (R\$)	TOTAL (R\$)
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA)	208.675.139	56.374.791	265.049.930
AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO - (AFD)	113.138.127	12.775.328	125.913.455
AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO - (JICA)	225.487.187	35.223.619	260.710.806
ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)	292.655.400	10.929.628	303.585.028
RECURSOS PRÓPRIOS	522.237.834	718.829.663	1.241.067.497
TOTAL	1.362.193.687	834.133.029	2.196.326.715

Com estes investimentos programados e em execução, as projeções realizadas pela área técnica, referentes aos resultados destes para a ampliação da cobertura urbana de esgoto, apontam para o atingimento do índice de 38% até 2023.

• Diretrizes elencadas para aumento de eficiência nos municípios atendidos pela CASAN

As ações para universalização dos serviços de saneamento em Santa Catarina estão focadas em medidas para garantir a sustentabilidade

de econômico-financeira da CASAN e também a qualidade e ampliação da disponibilidade dos serviços prestados. Para aumentar sua capacidade de investimento e assegurar sua solidez operacional, a CASAN continuará trabalhando para obter ganhos de eficiência e produtividade. Nesse sentido, a Diretoria Executiva elegeu em sua estratégia de longo prazo, os principais campos em que serão desenvolvidos Planos de Ações, que visarão não somente a melhoria em diversas atividades, mas também a redução dos custos, focados no aprimoramento dos eixos estruturantes do negócio para alcançar dos objetivos estratégicos de:

- **Econômico-financeira - Sustentabilidade Empresarial**
 - ◆ Garantir o crescimento sustentável da Companhia;
 - ◆ Garantir o equilíbrio econômico-financeiro;
 - ◆ Maximizar o resultado operacional financeiro;
 - ◆ Garantir fontes de financiamento para investimento.

- **Mercado e Sociedade - Usuários e Poder Concedente**
 - ◆ Ampliar a cobertura dos serviços e área de atuação;
 - ◆ Maximizar a satisfação dos usuários e titulares dos serviços;
 - ◆ Fortalecer a imagem da Companhia;
 - ◆ Preservar o meio ambiente e promover melhoria na qualidade de vida.

- **Tecnologia e Processos Internos**
 - ◆ Aperfeiçoar processos operacionais e administrativos;
 - ◆ Ter qualidade dos serviços prestados;
 - ◆ Garantir a continuidade do abastecimento de água;
 - ◆ Reduzir perdas de água e de faturamento;
 - ◆ Desenvolver postura preventiva através da gestão de risco.

- **Recursos Humanos - Aprendizado e crescimento**
 - ◆ Desenvolver, valorizar e reter o capital humano.
 - ◆ Promover pesquisa, inovação e o permanente desenvolvimento;

Dando continuidade aos investimentos decorrentes do planejamento operacional, destacam-se: programa de macromedição, manutenção de tubulações, revitalização de unidades operacionais, manutenção eletromecânica, programa de redução de perdas de água, substituição de produtos de tratamento, programa para o tratamento de efluentes de ETAs, diagnóstico de SAA e SES, programa de automação e telemetria programa de eficiência energética, manutenção e perfuração de poços, acreditação de laboratórios na NBR ISO 17.025/2005, adequação a Portaria MS nº 2.914/2011 e Plano de Segurança da Água.

As ações para universalização dos serviços de saneamento em Santa Catarina estão alinhadas com estas iniciativas que visam garantir a sustentabilidade econômico-financeira e operacional, bem como sua capacidade de investimento. Assim a Casan continuará trabalhando para obter ganhos de eficiência e produtividade.



ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - SANTO AMARO DA IMPERATRIZ



BALANÇO PATRIMONIAL • Levantado em:

ATIVO	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.902	7.301	2.895
Títulos e valores mobiliários	8	82.913	193.926	90.800
Contas a receber de clientes	9	204.621	200.396	186.831
Partes relacionadas	21	7.710	7.799	8.000
Estoques	10	42.332	38.796	43.144
Impostos e contribuições antecipados/recuperar	11	41.364	73.038	60.019
Outros	11	32.426	14.694	14.993
		416.268	535.950	406.682
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Títulos e valores mobiliários	8	48.070	45.251	23.372
Contas a receber de clientes	9	15.039	16.623	15.466
Depósitos dados em garantia	19	96.702	89.113	77.361
Ativo fiscal diferido	13	110.399	40.778	38.583
Ativo Financeiro	12	38.164	32.049	31.725
		308.374	223.814	186.507
Investimentos		304	304	304
Imobilizado	14b	47.689	56.260	35.916
Intangível	14a	1.531.404	1.468.067	1.455.316
Obras em andamento	14b	1.022.857	941.848	813.801
		2.602.254	2.466.479	2.305.337
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.910.628	2.690.293	2.491.844
TOTAL DO ATIVO		3.326.896	3.226.243	2.898.526

PASSIVO	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	15	275.841	187.551	41.103
Fornecedores e empreiteiros		43.586	45.893	53.020
Partes relacionadas	21	25.539	24.941	30.462
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	39.868	52.411	47.194
Plano de demissão voluntária incentivada	20	68.701	27.502	8.751
Impostos e contribuições a recolher	17	18.596	23.204	51.459
Dividendos propostos	23c	5.620	8.676	13.800
Participações estatutárias		26	26	26
Crédito rotativo Banco do Brasil		-	9.978	9.823
Crédito rotativo Caixa Econômica Federal		-	10.000	-
Outros		1.610	1.520	1.262
		479.387	391.702	256.900
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	15	883.039	974.710	897.973
Partes relacionadas	21	45.684	58.055	62.613
Impostos e contribuições a recolher	17	34.653	41.386	51.074
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	-	2.400,00	-
Plano de demissão voluntária incentivada	20	418.214	161.001	6.008
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	87.680	182.617	188.319
Provisão para contingências	19	81.204	71.792	73.505
Plano previdenciário	20	31.769	16.977	4.137
Outros		83	83	83
Receita diferida	22	19.101	18.853	18.853
		1.601.427	1.527.874	1.302.565
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social		842.267	842.267	842.267
Adiantamento para futuro aumento de capital		45.887	45.887	45.887
Reserva de reavaliação		89.751	92.050	94.415
Ajuste patrimonial		148.848	166.605	169.353
Reserva legal		11.931	11.931	11.931
Reserva para fundo de investimentos		129.446	150.654	175.208
Outros resultados abrangentes (ORA)		(22.048)	(2.727,00)	-
		1.246.082	1.306.667	1.339.061
TOTAL DO PASSIVO		3.326.896	3.226.243	2.898.526
Patrimônio Líquido/Ação		1,7425	1,8273	1,8726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDOS EM

	Em milhares de reais	
	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 24)	1.085.552	1.020.802
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(480.058)	(449.771)
LUCRO BRUTO	605.494	571.031
DESPESAS OPERACIONAIS		
Com vendas	(90.015)	(93.340)
Gerais e administrativas	(576.642)	(446.027)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (nota 28)	(5.902)	3.664
	(672.559)	(535.703)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS (nota 6)	(67.065)	35.328
RESULTADO FINANCEIRO (nota 27)		
Receitas financeiras	19.924	26.508
Despesas financeiras	(148.472)	(98.211)
	(128.548)	(71.703)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(195.613)	(36.375)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Corrente	-	-
Diferido	76.388	7.897
	76.388	7.897
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	(119.225)	(28.478)
Participações estatutárias	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(119.225)	(28.478)
QUANTIDADE DE AÇÕES (Em milhares)	715.094	715.094
(Prejuízo) Lucro por lote de mil ações	(0,16673)	(0,03982)
LUCRO (PREJUÍZO) por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)		
LUCRO (PREJUÍZO) Básico por Ação		
Ações Ordinárias Nominativas	(0,15879)	(0,03793)
Ações Preferenciais Nominativas	(0,17467)	(0,04172)
LUCRO (PREJUÍZO) Diluído por Ação		
Ações Ordinárias Nominativas		
Ações Preferenciais Nominativas		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Em milhares de reais						
	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros	Reserva p/ Plano de Investimentos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	842.267	255.928	11.931	150.654	45.887		1.306.667
Subscrição de Capital							-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital							-
Reserva p/Plano de Investimentos							-
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES							-
Realização da reserva de reavaliação		(4.511)				4.511	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(10.212)				-	(10.212)
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		5.634				(5.634)	-
Ajuste da reavaliação patrimonial - Depreciação		(10.967)				99.137	88.170
Outros ajustes		-				3	3
Outros resultados abrangentes (ORA)		(19.321)					(19.321)
Lucros/ (Prejuízos) líquido do exercício						(119.225)	(119.225)
Destinação dos lucros/(Prejuízo)							-
Reserva para fundo de investimentos				(21.208)		21.208	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	842.267	216.551	11.931	129.446	45.887		1.246.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIO FINDOS EM

	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
1. RECEITAS	1.163.311	1.104.273	8.1.1. Remuneração direta	197.586	223.155
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.197.061	1.126.217	8.1.2. Benefícios	50.690	63.978
1.2. Outras receitas (despesas) operacionais	(5.902)	3.664	8.1.3. FGTS	13.906	16.479
1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.848)	(25.608)	8.1.4. Plano Demissão Voluntária Incentivada	346.712	184.080
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(375.280)	(338.770)	8.2. Impostos, taxas e contribuições		
2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(144.441)	(122.074)	8.2.1. Federais	87.225	158.477
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(222.018)	(209.284)	8.2.2. Estaduais	798	1.287
2.3. Outras despesas gerais	(8.821)	(7.412)	8.2.3. Municipais	-	-
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	788.031	765.503	8.3. Remuneração de capital de terceiros		
4. DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(81.791)	(74.822)	8.3.1. Juros	147.717	97.110
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	706.240	690.681	8.3.2. Outras		
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	19.924	26.508	8.3.2.1. Variações monetárias e cambiais	424	795
6.1. Receitas financeiras	19.924	26.508	8.3.2.2. Multas e acréscimos moratórios	-	16
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	726.164	717.189	8.3.2.3. Outras despesas de financiamentos	331	290
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	726.164	717.189	8.4. Remuneração de capitais próprios		
8.1. Pessoal			8.4.1. Dividendos		
			8.4.3. (Prejuízo) do exercício/Lucros retidos	(119.225)	(28.478)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(119.225)	(28.478)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização (diferença municipalizados e deprec. baixas)	85.984	78.497
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(76.388)	(7.897)
Provisão para contingências	9.412	(1.712)
Dividendos a distribuir	(3.056)	(5.124)
Alienação imobilizado	276	334
	(102.997)	35.620
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(2.641)	(14.722)
Partes relacionadas	89	201
Estoques	(3.536)	4.348
Ativos financeiros	(6.115)	(325)
Depósitos dados em garantia	(7.589)	(11.752)
Impostos e contribuições a recuperar	31.674	(13.019)
Convênios com Prefeituras	-	1
Outros	(17.732)	299
	(5.850)	(34.969)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e empreiteiros	(2.307)	(7.127)
Partes relacionadas	(11.773)	(10.079)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(14.943)	7.617
Impostos e contribuições a recolher	(11.342)	(37.943)
Plano de demissão voluntária incentivada	298.412	173.743
Plano previdenciário	14.792	12.840
Crédito rotativo Banco do Brasil	(9.978)	155
Cheque especial - Caixa Economica Federal	(10.000)	10.000
Ajuste da reavaliação patrimonial	(88.170)	-
- Depreciação		
Outros	339	258
	165.030	149.464
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	56.183	150.115
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições imobilizado e intangível	(238.362)	(248.432)
Retorno de imobilizado e intangível devido a municipalização	-	-
Baixa de imobilizado e intangível devido a municipalização	16.327	8.459
Aplicações financeiras	108.194	(125.005)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(113.841)	(364.978)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adições nos empréstimos e financiamentos	199.547	295.126
Amortização nos empréstimos e financiamentos	(202.928)	(71.941)
Distribuição de dividendos		
Ajustes patrimoniais (conta 24.321 deprec. municipalizados)	(10.212)	(8.231)
Parcelamento dos municípios de Penha/Piçarras		
Outros ajustes	3	1.650
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(19.321)	(2.727)
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Ajuste da reavaliação patrimonial - Depreciação	88.170	-
Precatório da União Fazenda Nacional	-	5.392
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	55.259	219.269
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(2.399)	4.406
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.301	2.895
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.902	7.301

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos:

- Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e contratos de programa;
- Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- Arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional por meio de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica, e;
- Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares.

Desde 2002 a Companhia deparou-se com o término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que trinta e dois municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia operava serviços de água e esgoto em 195 municípios sendo 194 no Estado de Santa Catarina, e 01 município no Estado do Paraná (196 municípios, e sendo 01 município no Estado do Paraná em 31 de dezembro de 2017). Atua nesses municípios mediante contrato de concessão ou contratos de programa, sendo que a maioria destes apresenta prazo de duração de 30 anos.

A Companhia possui até a presente data 33 (trinta) Contratos de Programa assinados com os Municípios de Balneário Barra do sul, Barra Velha, Balneário Piçarras, Biguaçu, Braço do Norte, Canoinhas, Caçador, Chapecó, Correia Pinto, Criciúma, Curitibaanos, Dionísio Cerqueira, Forquilha, Florianópolis, Garopaba, Ibirama, Indaial, Itá, Laguna, Lauro Muller, Otacílio Costa, Rio do Sul, Xaxim, Piratuba, Ipira, Ituporanga, Bom Retiro, Xanxerê, Treze Tílias, Içara, Pinhalzinho, Pescaria Brava e São Domingos estando em fase de negociação com os demais, conforme determina a Lei 11.445/07.

Dos 195 municípios, 185 encontram-se com os contratos de concessão vigentes, 07 com os contratos de concessão vencidos e 03 sem convênios, onde a Companhia atua como interveniente do contrato entre o Governo do Estado de Santa Catarina. Os municípios e distritos cujos contratos estão vigentes, distribuem-se pelo ano de vencimento dos contratos conforme relação abaixo:

Ano de vencimento	Número de municípios	Ano de vencimento	Número de municípios
2019	2	2037	0
2020	3	2038	3
2021	5	2039	3
2022	5	2040	5
2023	8	2041	3
2024	8	2042	12
2025	3	2043	11
2026	3	2044	6
2027	2	2045	4
2028	11	2046	10
2029	6	2047	5
2030	13	2048	11
2031	2	2050	1
2032	4	2052	1
2033	0	2056	2
2034	7	2065	2
2035	4	2066	1
2036	19		

Total de Municípios 185

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas

Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foram autorizadas pela Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;
- o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 09 – Contas a receber de clientes
- Nota 13 – Ativo fiscal diferido
- Nota 14 – Imobilizado e Intangível
- Nota 19 – Provisão para contingências
- Nota 20 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

b.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

. Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº12.

b.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

b.3. Capital Social

- Ações ordinárias
- Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.
- Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são baixados no resultado.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável – Impairment

Ativos financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto à qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do

ativo. Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente, tratam-se dos escritórios localizados nas agências da Companhia.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI – Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de

pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

j. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

k. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

m. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

n. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240. A Contribuição Social do exercício corrente e também a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito

legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas.

r. Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018

CPC 06 – Operações de arrendamento Mercantil: O CPC 06 (R2), aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2019.

Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A Companhia procedeu estudo e está em andamento o processo de revisão dos impactos e adoção da norma mencionada.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco operacional
- risco financeiro

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;

- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;

- Risco fiscal: trata-se da probabilidade de o Congresso efetuar mudanças desfavoráveis nas leis tributárias, como a eliminação de isenções de impostos, a limitação de deduções e o aumento nas taxas dos tributos;

- Risco de concorrência: relativo às pressões decorrentes da existência de novos entrantes (empresas privadas) no mercado de água e saneamento.

Risco operacional:

Pode ser definido como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas, naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

- Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;

- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;

- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.;

- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de "incentivos" de clientes, ligações clandestinas;

- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inadequada dos funcionários;

- Risco de serviços: relativo ao não atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com relação aos serviços prestados;

- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;

- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;

- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;

- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furacões, terremotos etc.

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- a. Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- b. Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- c. Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;
- d. Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis;
- e. Empréstimos e financiamentos – o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira – coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de dezembro de 2017 são como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
	Contábil	Contábil	Mercado	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	4.902	7.301	4.902	7.301
Títulos e Valores Mobiliários	130.983	239.177	130.983	239.177
Contas a Receber (líquido de PDD)	219.660	217.019	219.660	217.019
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(657.184)	(699.274)	(657.184)	(699.274)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(501.696)	(462.987)	(501.696)	(462.987)

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Em virtude de todos os ativos de vida útil longa estarem gerando receita (caixa) de forma plena, após avaliação interna da Companhia, não foi necessário constituir provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas

fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

	31 de dezembro de 2018		Total na demonstração de resultado
	Água	Esgoto	
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	976.943	220.118	1.197.061
Deduções da receita bruta	(91.027)	(20.482)	(111.509)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	885.916	199.636	1.085.552
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(407.952)
Lucro bruto			677.600
Depreciação e amortização total			(81.791)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(656.972)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			(5.902)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			(67.065)

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

	31 de dezembro de 2017		Total na demonstração de resultado
	Água	Esgoto	
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	925.129	201.087	1.126.216
Deduções da receita bruta	(86.629)	(18.785)	(105.414)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	838.500	182.302	1.020.802
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(383.058)
Lucro bruto			637.744
Depreciação e amortização total			(74.822)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(531.258)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			3.664
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			35.328

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Imobilizado	47.689	56.260	35.916
Obras em andamento	1.022.857	941.848	813.801
Ativo intangível	1.531.404	1.468.067	1.435.405
Intangível em andamento	-	-	19.911
Ativos dos segmentos reportados	2.601.950	2.466.175	2.305.033
Total do ativo circulante	416.268	535.950	406.682
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes, líquido	15.039	16.623	15.466
Ativo financeiro	38.164	32.049	31.725
Depósitos dados em garantia	96.702	89.113	77.361
Investimentos	304	304	304
Títulos e valores mobiliários	48.070	45.251	23.372
Ativo fiscal diferido	110.399	40.778	38.583
Ativo total, conforme balanço patrimonial	3.326.896	3.226.243	2.898.526

Receita Operacional por Superintendência: Água

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Metropolitana	367.216	347.598	318.524
Sul/Serra	174.437	166.342	151.648
Oeste	235.055	224.494	201.962
Norte/Vale	200.235	186.695	168.196
Total	976.943	925.129	840.330

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Metropolitana	155.891	146.597	128.872
Sul/Serra	31.214	27.565	20.155
Oeste	26.468	24.479	21.497
Norte/Vale	6.545	2.446	430
Total	220.118	201.087	170.954

Receita Operacional por Município: Água

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Florianópolis	217.329	204.769	187.167
Chapecó	56.077	52.052	46.667
Criciúma	71.356	65.960	60.962
Rio do Sul	24.178	22.979	20.990
São José	90.156	83.188	75.488
Outros	517.847	496.181	449.056
Total	976.943	925.129	840.330

Receita Operacional por Município: Esgoto

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Florianópolis	127.189	119.846	103.713
Chapecó	22.248	20.563	18.019
Criciúma	20.343	18.606	15.861
Rio do Sul	-	-	-
São José	28.428	26.491	23.492
Outros	21.910	15.581	9.869
Total	220.118	201.087	170.954

Resumo dos custos e despesas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Despesas			
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	480.057	449.771	412.442
Vendas	90.015	93.340	86.989
Gerais e Administrativas	576.244	446.027	262.169
Total	1.146.316	989.138	761.600

Resumo das receitas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receitas			
Água	976.943	925.129	840.330
Esgoto	220.118	201.087	170.954
Total	1.197.061	1.126.216	1.011.284

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como se segue abaixo:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Bens numerários	2	1	1
Bancos conta movimento	559	3.791	901
Bancos conta arrecadação	4.204	3.490	1.951
Bancos conta vinculada	137	19	42
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	4.902	7.301	2.895

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$130.983 (R\$ 239.177 em 31 de dezembro de 2017 e R\$114.172 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas. Do montante total de R\$ 130.983 em 31 de dezembro de 2018, R\$73.048 refere-se a aplicação dos Recursos destinados especificamente à obras de expansão da companhia, devendo ser aplicado somente para este fim, o restante, R\$57.935, refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante			
Consumidores finais	180.186	170.745	152.644
Entidades públicas	22.152	23.321	25.648
Consumo a faturar	57.182	54.472	48.514
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	(54.899)	(48.142)	(39.975)
Total Circulante	204.621	200.396	186.831
Não circulante			
Consumidores finais	6.362	6.339	5.936
Entidades públicas	8.677	10.284	9.530
Créditos reconhecidos como perdas	179.470	158.062	140.633
(-) Perdas reconhecidas	(179.470)	(158.062)	(140.633)
Total Não circulante	15.039	16.623	15.466
Total Contas a Receber de Clientes	219.660	217.019	202.297

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2018, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	< 90 dias	>90 dias e < 180 dias	>180 dias e < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	16.543	4.774	1.696	6.396	19.108	48.517
Industrial	2.536	525	119	765	4.433	8.378
Pública	18.778	2.400	1.813	10.282	73.822	107.095
Residencial	74.981	30.853	7.460	37.456	82.107	232.857
Consumo a faturar	57.182	-	-	-	-	57.182
Total	170.020	38.552	11.088	54.899	179.470	454.029
PCLD	-	-	-	(54.899)	(179.470)	(234.369)
Total Contas a Receber	170.020	38.552	11.088	-	-	219.660

a) O Conselho de Administração no uso de suas atribuições estatutárias instituiu revisão tarifária conforme resolução nº111 de 19 de julho de 2018 da ARESC – Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina, deliberação nº 021, de 19 de julho de 2018 da ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento e Parecer Administrativo nº 040/2018 da AGIR -Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí, referente aos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, nas categorias contempladas na estrutura (residencial, comercial, industrial, pública e especial), com reajuste de 4,39% de forma linear em todas as faixas, sobre os consumos faturados a partir de 21 de agosto de 2018.

b) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e

esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

Em 31 de dezembro de 2018 a conta apresenta um saldo de R\$10.600 (R\$3.792 em 31 de dezembro de 2017 e R\$3.302 em 31 de dezembro de 2016). Atualmente a Prefeitura de Palhoça está pagando a fatura normalmente e os valores apresentados nos trimestres anteriores referente a ação judicial 045.08.000501-7, já foram baixados do contas a receber da Companhia.

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Materiais em almoxarifado	42.244	38.724	43.055
Materiais em poder de terceiros	55	55	55
Materiais em Trânsito	-	-	-
Outros	33	17	34
Total Estoques	42.332	38.796	43.144

11. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Adiantamentos a fornecedores	21.481	3.395	3.136
Convênios com prefeituras	7.259	7.259	7.260
Adiantamentos a empregados	1.562	1.853	2.152
Cauções	245	245	245
Pagamentos reembolsáveis	1.220	1.236	1.218
Impostos a recuperar	41.364	73.038	60.018
Outros créditos	659	706	983
Total	73.790	87.732	75.012

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

12. ATIVO FINANCEIRO

Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para a conta de Ativo Financeiro (Não Circulante), conforme previsto nos CPCs 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativos financeiros	Saldo Contábil antes dos ajustes	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes em 2011 a 2018	Saldo Contábil em 31/12/2018
Balneário Gaivotas	967	121	0	967	-
Bombinhas	6.801	850	6	1.700	5.101
Campo Alegre	573	71	0	573	-
Canelinha	853	107	0	853	-
Capivari de Baixo	120	15	0	120	-
Corupá	639	80	0	639	-
Garuva	508	63	1	444	63
Gravatal	8.267	1.033	4	4.133	4.133
Guabiruba	2.062	258	7	258	1.805
Ilhota	1.498	188	6	371	1.127
Imbituba	24.817	3.108	3	15.492	9.325
Joinville	96	0	0	96	-

Massaranduba	751	94	0	751	-
Meleiro	241	30	0	241	-
Morro da Fumaça	4.438	555	7	555	3.883
Penha	6.337	792	1	5.545	792
Praia Grande	983	123	2	737	246
Presidente Getúlio	1.119	140	0	1.119	-
Princesa	189	24	7	24	165
São Francisco do Sul	6.423	803	2	4.817	1.606
São Jose do Cedro	3.585	448	3	2.241	1.344
Três Barras	675	84	0	675	-
Videira	9.798	1.225	7	1.225	8.574
Total	81.740	10.212		43.576	38.164

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldo em 31/12/2018	Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldo em 31/12/2018
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Içara	2005	15.000
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Barra Velha	2009	6.000
Itapoá	2007	3.469	Itajaí	2005	30.000
Imbituba	2014	25.037	Joinville	2005	135.000
Massaranduba	2010	2.486	Papanduva	2005	800
Meleiro	2009	571	Três Barras	2011	2.281
Palhoça	2007	10.000	Timbó	2005	5.000
Penha	2012	8.896	Itapema	2005	4.000
Praia Grande	2013	1.078	São José do Cedro	2014	3.584
Presidente Getúlio	2010	4.536	Lages	2005	110.000
João Batista	2005	1.900	Garuva	2012	475
Bombinhas	2017	7.100	Gravatal	2015	8.308
Princesa	2017	191	Videira	2018	9.000
Total de Indenizações					498.418

13. ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos:	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	31 de dezembro de 2018	
				Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	54.899	13.725	4.941	18.666	16.369
Provisão para contingências fiscais	128	32	12	44	44
Provisão para contingências cíveis	64.428	16.107	5.798	21.905	18.083
Provisão para contingências trabalhistas	16.648	4.162	1.498	5.660	6.282
Prejuízo Fiscal	188.599	47.150	16.974	64.124	-
	324.702	81.176	29.223	110.399	40.778
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				110.399	40.778

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

Imposto de Renda diferido ativo	Provisão para contingências	Provisão p/devedores duvidosos	Prejuízo Fiscal	Total
Em 01/01/2017	24.992	13.591	-	38.583
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	(583)	2.778	-	2.195
Em 31/12/2017	24.409	16.369	-	40.778
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	3.200	2.297	64.124	69.621
Em 31/12/2018	27.609	18.666	64.124	110.399

Em 31 de dezembro de 2018 foram constituídos os tributos diferidos (Imposto de Renda e Contribuição social) sobre os prejuízos fiscais dos anos de 2017 e de 2018, no montante total de R\$61.124.

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2018 os ativos Imobilizado e Intangível e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

a) Intangível por segmento:

	31 de dezembro de 2017	Depreciação/Amortização	Baixas/Municipalizações e Ajustes	Aquisições/Transf.	31 de dezembro de 2018
Sistema de Água Produção/Distribuição Sistema de Esgoto Redes/Tratamento	859.792	(42.725)	(16.067)	106.941	907.941
	608.275	(33.845)	(160)	49.193	623.464
Total	1.468.067	(76.570)	(16.227)	156.134	1.531.404

b) Obras em andamento e Ativos Administrativos

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em andamento e Ativos Administrativos

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Água			
Produção	74.016	149.140	154.922
Distribuição	47.008	43.251	44.377
Projetos e obras de operação Imediata	5.531	9.188	13.127
Total Água	128.555	201.579	212.426
Esgoto			
Coleta, tratamento e lançamento final, estudos e projetos em elaboração	795.192	671.043	501.997
Projetos e obras de operação Imediata	892	882	422
Total Esgoto	796.084	671.925	502.419
Projetos e obras administrativas	83.930	53.808	81.868
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e convênios com prefeituras	14.288	14.536	17.088
Ativos Administrativos			
Saldo inicial 01 de janeiro	56.260	35.916	35.697
Depreciação e amortização	(9.414)	(10.657)	(2.895)
Baixas, municipalizações e ajustes	(375)	(240)	(1.401)
Aquisições e transferências	1.218	31.241	4.515
Total Ativos Administrativos	47.689	56.260	35.916
Total Obras em Andamento e Ativos Administrativos	1.070.546	998.108	849.717

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPUEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos reavaliados	345.561	719.726	742.199
Tributos sobre a reavaliação	(87.680)	(182.617)	(188.319)
Saldo da reavaliação	257.881	537.109	553.880

c) Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados às atividades operacionais da Companhia:

Município	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Caçador	17.153	(5.988)	11.165	11.809	10.995
Concórdia	25.177	(7.973)	17.204	17.820	13.902
Chapecó	203.020	(63.358)	139.662	145.791	139.122
Criciúma Sistema Local e Integrado	297.586	(101.472)	196.114	202.784	198.671
Curitiba	16.695	(7.526)	9.169	9.666	9.801
Florianópolis Sistema Local e Integrado	1.095.636	(400.097)	695.539	609.020	611.024
Laguna	21.964	(7.265)	14.699	14.666	12.610
Rio do Sul	27.158	(10.878)	16.280	15.204	15.512
Sistema Local e Integrado					
Santo Amaro da Imperatriz	18.172	(6.430)	11.742	11.809	11.087
São Joaquim	60.148	(12.134)	48.014	49.527	49.494
São José	72.003	(28.676)	43.327	45.015	40.720
São Miguel do Oeste Sistema Local e Integrado	25.943	(7.649)	18.294	18.941	19.547
Siderópolis	15.112	(3.802)	11.310	11.629	11.971
Outros	457.531	(158.646)	298.885	304.386	310.860
	2.353.298	(821.894)	1.531.404	1.468.067	1.455.316

Depreciação e Amortização

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Construção civil	4%	4%	4%
Equipamentos	10%	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%	10%

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro.

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	
Operações no exterior:					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	44.282	39.596	332.114	336.569	7,22% a.a. + var. cambial
Japan International Cooperation Agency - JICA	4.761	3.803	120.539	83.019	1,20% a.a.
Total Operações no exterior	49.043	43.399	452.653	419.588	
Operações no país:					
Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras Banco	50.000	-	-	-	5,8% a.a. + DI
BOCOM - BBM Banco VO-TORANTIM - CCB	28.028	-	-	-	5,75% a.a. + DI
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Debêntures	42.294	37.075	152.853	198.570	IPCA+ 09% a.a.
	99.221	100.545	97.297	194.595	Ver nota explicativa
Total Operações no país	226.798	144.152	430.386	555.122	
Total Empréstimos e Financiamentos	275.841	187.551	883.039	974.710	

a) Em 31 de dezembro de 2018 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2017).

b) Em 31 de dezembro de 2018 os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e têm seus vencimentos até 2036.

c) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem o seguinte escalonamento:

Ano:	31 de dezembro de 2018
2019	275.629
2020	194.650
2021	112.993
2022	113.498
Após 2023	462.110
	1.158.880

Japan International Cooperation Agency - JICA

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 30 de junho de 2010 a contratação de empréstimo junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. Estima-se que o investimento ficará em torno de R\$383.594, sendo R\$273.055 financiados pelo Banco JICA e R\$110.539 como contrapartida da CASAN. Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o montante de R\$125.300. Este empréstimo é garantido pela República Federativa do Brasil e os juros incidentes são de 1,20% a.a.

Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no montante de €99.756, que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico para treze municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. Com contrapartida de R\$17.066, o empréstimo possui juros no valor do Euribor semestral + spread a ser definido na data dos desembolsos. Com relação aos prazos da operação ficaram estabelecidos 05 anos de carência e, após a carência, 10 anos de amortização. Este contrato está sujeito a covenants e as suas garantias são: 1/6 do serviço da dívida em conta vinculada; além de a operação ser garantida pelo Estado de Santa Catarina. Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o montante R\$376.396 equivalente a €84.793.

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme a seguir:

Ano dos contratos:	Vencimentos finais	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
2010	2032	20.095	21.001
2012	2034 a 2036	167.396	147.488
Total		187.491	168.489

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Em 05 de junho de 2014 a Companhia realizou quitação de financiamentos junto ao Caixa Econômica Federal para obras de saneamento básico, com vencimentos entre 2014 e 2020, com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC.

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC

Em 10 de maio de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) no valor de até R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), lastreados com recebíveis da CASAN, com o intuito de garantir o fluxo financeiro necessário a realização de obras de saneamento.

A estruturação e distribuição da operação foram coordenadas pela empresa Planner Trustee DTVM Ltda, em conjunto os seguintes participantes: Administrador/Gestor do Fundo: Caixa Econômica Federal; Gestor: Caixa Econômica Federal; Custodiante: Banco do Brasil S.A.; Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes; Agência de Classificação de Risco: Fitch Ratings do Brasil Ltda. (Rating Obtido: Br A); Assessoria Jurídica: Souza, Cescon, Barriau & Flesch Advogados; Agente Centralizador: Caixa Econômica Federal; Análise da Carteira e Verificador das Condições de Cessão: KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda; EDI (dados): OpenText Corporação (GXS); e Distribuição: Planner Trustee DTVM Ltda e Caixa Econômica Federal.

Em 29 de maio de 2014 foi iniciada as atividades do FIDC CASAN Saneamento, obtendo como resultado a colocação junto ao mercado de capitais de 216.500 cotas seniores totalizado a capitalização de R\$216.500 (duzentos e dezesseis milhões e quinhentos mil reais). Também foram capitalizadas pela CASAN 6.495 cotas subordinadas, totalizando R\$6.495 (seis milhões quatrocentos e noventa e cinco mil reais), equivalente ao percentual de 3% sobre o valor das cotas seniores integralizadas.

A operação autorizada possui as seguintes características:

- Operação: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, nos termos da instrução CVM nº 356/2001 ("FIDC");
- Emissor: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;
- Principal: de até R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais);

• Regime de Colocação: Oferta pública de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476/2001 sob regime de melhores esforços;

• Data de Vencimento: 120 meses a partir da Data de Emissão (10 anos);

• Atualização do Principal: O Principal será atualizado monetariamente pelo índice de inflação medido pelo IPCA/IBGE;

• Remuneração: 9,0% a.a.;

• Carência do Principal: 36 meses (3 anos);

• Amortização do Principal: 1,1905% do Principal por mês do 37º ao 120º mês;

• Periodicidade dos Juros: Juros remuneratórios mais IPCA pagos mensalmente desde a data de emissão sobre o saldo do Principal;

• Cotas Subordinadas: 3% da Operação (adquiridas pela CASAN);

• Garantia: recebíveis arrecadados correspondentes a 2,5 vezes o valor da próxima PMT;

• Índice de Cobertura da Dívida: Devem passar pela conta centralizadora pelo menos 5 vezes o valor da próxima PMT;

• Covenant Financeiro: (Dívida Líquida / EBITDA) inferior ao índice de 4,5.

Debêntures

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de 30.000 mil (trinta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

As debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, que foi em 09 de dezembro de 2015 vencendo-se, portanto em 09 de dezembro de 2020, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado.

As Debêntures foram emitidas em quatro séries conforme abaixo:

- 1ª série: 8.333 mil debêntures;
- 2ª série: 16.665 mil debêntures;
- 3ª série: 1.667 mil debêntures e
- 4ª série: 3.335 mil debêntures.

A amortização do valor nominal unitário das debentures será em parcelas mensais e consecutivas, correspondente a 2,7027%, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês a contar da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 09 de dezembro de 2017, e a última parcela correspondente ao saldo remanescente do valor nominal das debentures devida na data de vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização"), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda o vencimento antecipado das debêntures.

A Remuneração das Debêntures da primeira e terceira série contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas diárias da Taxa de Juros Longo Prazo "TJLP", divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, acrescida de 11,95% a.a. ("Spread da primeira e terceira série). A segunda e quarta série incidirá juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 3,50% a.a.

Banco BOCOM - BBM e Banco VOTORANTIM - CCB

Em 06 de dezembro de 2018 o Conselho de Administração aprovou a constituição de uma operação ponte no valor de R\$100.000 (cem milhões de reais) por meio de Cédulas de Crédito Bancário pelos Bancos Sindicalizados na operação principal que em 31 de dezembro de 2018 estava em estruturação.

Em dezembro de 2018 a Companhia constituiu as CCBs com os Bancos Votorantim, no valor de R\$28.028 (vinte e oito milhões e vinte e oito mil reais) e com o banco BBM, no valor de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), ambas com garantia através de Cessão Fiduciária de Recebíveis, prazo de até 90 dias (bullet), fee de estruturação de 0,5% + impostos + IOF e taxa de juros de 5,75% a.a + CDI e 5,80% a.a + DI respectivamente.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante:			
Provisão para férias com encargos	22.818	28.446	27.956
INSS	4.869	5.761	5.426
FGTS	1.626	1.983	1.954
IR s/folha de pagamento	2.352	3.533	3.307
Plano de saúde e previdência	13	1.672	1.618
Consignações	2.015	2.429	2.921
Participação em resultados	3.150	3.150	3.150
Vale alimentação	-	-	23
Indenizações trabalhistas	2.400	4.800	-
Outros	625	637	839
Total Circulante	39.868	52.411	47.194
Não Circulante			
Indenizações trabalhistas	-	2.400	-
Total não circulante	-	2.400	-

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 apresenta os seguintes valores:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante:			
. REFIS	8.728	14.028	12.796
. COFINS	6.467	6.142	6.297
. PIS/PASEP	1.402	1.330	1.302
. Imposto de Renda - retenções	118	120	214
. Imposto de Renda sobre lucro real	-	-	19.493
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	443	410	649
. INSS de terceiros	896	672	946
. Contribuição social sobre lucro real	-	-	8.797
. Outros	542	502	965
Total circulante	18.596	23.204	51.459
Não circulante:			
. REFIS	34.653	41.386	51.074
Total não circulante	34.653	41.386	51.074

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria da Receita Federal - SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa selic *overnight* acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza:	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão	Amortização com créditos fiscais
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
Total	45.922	35.727	81.649	18.444

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

Natureza:	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
Total	47.244	32.789	80.033

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

	Circulante			Não Circulante		
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Saldo anterior	14.028	12.796	11.446	41.386	51.074	53.724
Transferências	8.628	14.676	10.706	(8.628)	(14.676)	(10.706)
Consolidação						
Atualizações (TJLP)	(1.453)			1.895	4.988	8.056
Amortizações	(12.475)	(13.444)	(9.356)			
	<u>8.728</u>	<u>14.028</u>	<u>12.796</u>	<u>34.653</u>	<u>41.386</u>	<u>51.074</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$87.680 em 31 de dezembro de 2018 (R\$182.617 em 31 de dezembro de 2017 e R\$188.319 em 31 de dezembro de 2016), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Provisão para contingências fiscais	128	128	128
Provisão para contingências cíveis	64.428	53.186	43.844
Provisão para contingências trabalhistas	16.648	18.478	29.533
	<u>81.204</u>	<u>71.792</u>	<u>73.505</u>
Depósitos judiciais	(88.131)	(80.542)	(77.361)
Depósitos - FIDC-Fundo de investimento direitos creditórios	(8.571)	(8.571)	-
Total Depósitos dados em garantia	(96.702)	(89.113)	
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	<u>(15.498)</u>	<u>(8.750)</u>	<u>(3.856)</u>

Em 31 de dezembro de 2018 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$151.511 (R\$93.587 em 31 de dezembro de 2017 e R\$79.159 em 31 de dezembro de 2016).

a) Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$64.428 em 31 de dezembro de 2018 (R\$53.186 em 31 de dezembro de 2017 e R\$43.844 em 31 de dezembro de 2016).

b) Contingências fiscais

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$128 em 31 de dezembro de 2018 (idem em 31 de dezembro de 2017 e 2016).

c) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$16.648 em 31 de dezembro de 2018 (R\$18.478 em 31 de dezembro de 2017 e R\$29.533 em 31 de dezembro de 2016) em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Plano CASANPREV

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar - CASANPREV, o montante de R\$31.769 (R\$31.769 em 31 de dezembro de 2018 e R\$16.977 em 31 de dezembro de 2017).

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O Plano de Custeio destina-se ao custeio do Plano de Benefícios e das Despesas Administrativas. O Plano de Benefícios será custeado pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuição da patrocinadora

Contribuição normal de risco: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante; Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre

a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;

• Contribuição dos participantes:

Contribuição normal básica: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6% (quatro vírgula seis por cento), aplicado sobre o Salário de Contribuição, conforme mencionado abaixo.

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV.

A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Descrição			
Circulante:			
PDVI com indenização mensal	68.701	27.502	8.751
Total Circulante	68.701	27.502	8.751
Não circulante:			
PDVI com indenização mensal	418.214	161.001	6.008
Total Não Circulante	418.214	161.001	6.008
Total PDVI	486.915	188.503	14.759

O programa de demissão incentivada é composto por dois subprogramas nos termos e condições a seguir:

a) Subprograma de demissão incentivada com indenização mensal:

Visa os empregados com idade entre 50 e 58 anos (incompletos) na data da adesão, que possuem mais de 5 anos de serviços prestados à Companhia, e que optarem pela rescisão do contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia compromete-se a pagar mensalmente, até o empregado completar 58 anos de idade, a título indenizatório, o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Bem como a parcela recolhida mensalmente pelo empregado como contribuinte facultativo ao INSS.

b) Subprograma de demissão incentivada com indenização única:

Visa os empregados com qualquer idade e com mais de 2 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do seu contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia paga a título indenizatório o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Ainda a título indenizatório, a Companhia paga a importância correspondente ao equivalente a 50% do saldo de depósitos do FGTS para fins rescisórios. Tais quantias são pagas em 6 parcelas mensais.

Sobre o programa

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Inscritos	813	813	813
Processo em tramitação	0	0	0
Rescisões para datas futuras	0	0	0
Demissões com PDVI	538	538	538
Demissões sem PDVI	59	59	59
Indeferimento de pedidos	55	55	55
Desistência do empregado	161	161	161
Número de empregados	2.453		2.622
Público-alvo PDVI (= < 50 anos)	22	41	39
	535 %		1.018 %

c) Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI.

A comissão de implantação do PDVI foi instituída pela Diretoria Executiva, sob coordenação da Gerência de Recursos Humanos, e determinou o

período de inscrições entre os dias 15 de setembro de 2017 a 16 de outubro de 2017.

Em 16 de outubro de 2017 foram inscritos no PDVI:

• 717 inscritos que correspondem a 27,02% do total do contingente de funcionários da CASAN (2.654 em 31 de outubro de 2017);

Impacto na Folha de Pagamento:

• A remuneração total dos 717 inscritos corresponde a R\$13,3 milhões, ou seja, representa 47,3% da folha de pagamento em outubro de 2017, que foi da ordem de R\$28,2 milhões.

O cronograma de desligamento planejado com aprovação da Diretoria Executiva iniciou em 01 de novembro de 2017 e foi concluído em 15 de outubro de 2018.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 (noventa e seis) parcelas para os empregados com idade até 67 (sessenta e sete) anos; 84 (oitenta e quatro) parcelas com idade de 68 (sessenta e oito) anos; 72 (setenta e duas) parcelas com idade de 69 (sessenta e nove) anos; e 60 (sessenta) parcelas para os empregados com idade acima de 70 (setenta) anos.

O quadro abaixo apresenta os valores das indenizações e rescisões até 15 de outubro de 2018, conforme cronograma de execução aprovado pela Diretoria Executiva:

Mês de Saída	Nº Empregados	Mês da Contabilização	Valor da Indenização Contabilizada como Despesa/Passivo
nov/17	45	out/17	R\$ 37.969
dez/17	56	nov/17	R\$ 50.168
Jan/Fev/Mar/18	145	dez/17	R\$ 95.756
abr/18	37	jan/18	R\$ 24.752
mai/18	40	fev/18	R\$ 28.366
Atualização dos Valores		mar/18	R\$ 17.920
jun/18	36	mar/18	R\$ 24.258
jul/18	39	jun/18	R\$ 23.199
jul/18	62	abr/18	R\$ 21.602
ago/18	69	mai/18	R\$ 45.287
set/18	105	jun/18	R\$ 75.489
out/18	56	jul/18	R\$ 19.985
Desistências	-38	jul/18	-R\$ 20.048
Atualização dos Valores		set/18	R\$ 25.775
Atualização dos Valores		out/18	R\$ 72.740
Desistências	-26	out/18	-R\$ 14.576
Atualização dos Valores		nov/18	-R\$ 13
Atualização dos Valores		dez/18	R\$ 1.646
TOTAL	626		R\$ 530.276

As demissões efetivadas no PDVI 2017/2018 superaram a meta projetada, e em 15 de outubro de 2018 totalizou a saída de 626 funcionários, o que representou 87,3% do total de inscritos (717) originalmente.

Posição em 15 de outubro de 2018 do PDVI:

• 626 demitidos, que correspondem a 23,59% do total do contingente de funcionários da CASAN em 31 de outubro de 2017 (2.654);

Impacto na Folha de Pagamento:

A remuneração total dos 626 demitidos inscritos do PDVI corresponde a R\$11.500, ou seja, representa 40,81% da folha de pagamento de outubro de 2017, que foi da ordem de R\$28.200.

RESUMO FINANCEIRO DO PDVI/2017-2018		PROJEÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO DE 2017 a 2026	
PÚBLICO ALVO (idade = < 53 anos)	Composição	626 = 87,3%	
FOLHA DE PAGAMENTO			
Prazo Médio do PDVI	7,94 anos	95,230 meses	
Total da Folha de Pagamento no período	100%	R\$ 3.212.926	
Economia com saída de pessoal - PDVI	40,81%	R\$ 1.311.039	
Contratações para reposição (LIMITE)	20%	(R\$ 262.208)	
Economia Líquida da Folha	32,6%	R\$ 1.048.831	
PDVI			
Despesa - Indenizações do PDVI (em 95,230 meses)	39,3%	(R\$ 412.208)	
Despesa - Rescisões do PDVI	2,4%	(R\$ 25.487)	
Total da Despesas com o PDVI	41,7%	(R\$ 437.695)	
ECONOMIA LÍQUIDA DO PDVI	19,0%	R\$ 611.136	

IMPACTO NO FLUXO DE CAIXA

Como consequências da contabilização pelo regime de competência das despesas com o Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI nos balanços de 2017 e 2018, a Companhia registrou prejuízo fiscal de R\$28.478 milhões em 2017 e de R\$119.225 milhões em 2018, acumulando um prejuízo de R\$147.703 milhões até 31 de dezembro de 2018.

A despesa total com a indenização proposta foi contabilizada no regime de competência e ocorreu na data da efetiva demissão do colaborador, lançando o respectivo valor em contas do passivo de curto e longo prazo.

O prejuízo fiscal apontado não afeta as condições financeiras da Companhia, pois o valor contabilizado do PDVI será quitado parceladamente em até 8 anos, sendo que os valores devidos serão corrigidos anualmente pela variação do INPC.

O valor total do PDVI contabilizado até 31 de dezembro de 2018 foi da ordem R\$530.276 milhões e o somatório dos valores pagos aos ex-colaboradores de 01 de novembro de 2017 à 31 de dezembro de 2018 foi de R\$44.928 milhões.

ECONOMIA GERADA COM O PREJUÍZO FISCAL ORIUNDO DO PDVI 2017/2018

Durante os primeiros quinze meses do PDVI a CASAN registrou uma economia expressiva junto ao seu caixa, gerada pela contabilização do prejuízo fiscal, reflexo pela não incidência de impostos e dividendos sobre o lucro.

POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2017:

Nos últimos três meses de 2017 a CASAN obteve uma economia de caixa gerada pela contabilização em Despesa do PDVI da ordem de R\$80.048 milhões, sendo que o valor de (*) R\$45.440 milhões, que já haviam sido recolhidos como impostos federais até setembro de 2017, retornaram ao caixa da Companhia em 2018, por meio do PER/DCOMP (sistema de compensação de impostos federais).

Economia realizada em 2017:

a) PDVI = R\$81.1 milhões:

- a.1) c/a Folha de Pagamento + Rescisões do PDVI = R\$781 mil;
- a.2) c/o IRPJ e CSLL = R\$55.758 milhões;
- a.3) c/os Dividendos = R\$24.650 milhões.

Em Milhares de Reais (*)

b) A Companhia desembolsou o valor de (R\$1.141 milhões) referente as indenizações mensais dos servidores desligados nos meses de novembro e dezembro de 2017.

COMPOSIÇÃO DA CONTA IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ANTECIPADAS A RECUPERAR	
COFINS	808
PIS/PASEP	107
CSLL	13.157
IRPJ	45.440

POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2018:

No exercício de 2018 a economia gerada pelo PDVI no fluxo de caixa da Companhia foi da ordem de R\$87.184 milhões, considerando a redução da folha de pagamento e o não pagamento de impostos e dividendos sobre o lucro, visto o registro em dezembro de 2018 de R\$195.614 milhões de prejuízo, antes do imposto de renda.

Economia realizada em 2018:

a) PDVI = R\$130.877 milhões:

- a.1) c/a Folha de Pagamento + Rescisões do PDVI = R\$ 50.256 milhões;
- a.2) c/o IRPJ e CSLL = R\$ 53.537 milhões;
- a.3) c/os Dividendos = R\$ 27.084 milhões.

b) A Companhia desembolsou o valor de (R\$43.693 milhões) referente as indenizações mensais dos servidores desligados durante o exercício de 2018.

Abaixo apresentamos os números realizados do PDVI de novembro de 2017 a dezembro de 2018 e as projeções da economia prevista para dezembro de 2018 e 2019. Os números foram projetados considerando o prejuízo fiscal efetivado em dezembro de 2018, da ordem de R\$195.614 milhões, antes do imposto de renda.

Considerando este prejuízo fiscal, estamos prevendo que a CASAN irá amortizar este montante até o mês Setembro de 2019, o que propiciará uma economia com os impostos federais e dividendos na ordem de R\$83.245 milhões.

Em Milhares de Reais

RESULTADO DO PDVI	2017	2018	2019 (*)	TOTAL
FOLHA DE PGTO	781	50.256	98.476	149.513
IRPJ/CSLL	55.758	53.537	57.165	166.460
DIVIDENDOS	24.650	27.084	26.080	77.814
(-) PGTO INDENIZAÇÃO PDVI	(1.141)	(43.693)	(65.930)	(110.764)
TOTAL ECONOMIA	80.048	87.184	115.791	283.023

CONCLUSÃO:

No âmbito geral, a economia obtida com a implantação do PDVI já é suficiente para que o fluxo de caixa da Companhia possa manter o ritmo atual de obras em execução (CAPEX), sem haver a necessidade, neste momento, da efetivação do aporte de capital compromissado pelo Governo do Estado em 2011.

Para os efeitos de análise financeira, abaixo apresentamos uma simulação da DRE do 4º ITR de 2018 destacando os impactos contábeis e financeiros causados pela implantação do PDVI na Companhia:



SIMULAÇÃO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em R\$ 1.000,00

POSIÇÃO LEVANTADA EM 31 DEZEMBRO	2018 OFICIAL	2018 SEM PDVI	IMPACTO CONTÁBIL	ECONOMIA FINANCEIRA
RECEITA BRUTA	1.197.061	1.197.061	-	-
Tarifas de água	955.261	955.261	-	-
Tarifas de esgoto	220.082	220.082	-	-
Outras	21.718	21.718	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(111.509)	(111.509)	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.085.552	1.085.552	-	-
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	(480.057)	(480.057)	-	-
LUCRO BRUTO	605.495	605.495	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(670.103)	(323.719)	(346.384)	50.256
Com vendas	(90.015)	(90.015)	-	-
Gerais e administrativas	(576.642)	(230.258)	(346.384)	50.256
Fiscais e tributárias	(3.446)	(3.446)	-	-
OUTRAS RECEITAS(DESPESAS) OPERACIONAIS	(2.675)	(2.675)	-	-
Receitas Operacionais	10.332	10.332	-	-
Despesas Operacionais	(16.472)	(16.472)	-	-
Reversão de Provisões Cíveis e Trabalhistas	3.465	3.465	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(67.283)	279.101	(346.384)	50.256
RESULTADO FINANCEIRO	(128.549)	(128.549)	-	-
Receitas Financeiras	19.923	19.923	-	-
Despesas Financeiras	(148.472)	(148.472)	-	-
LUCRO OPERACIONAL	(195.832)	150.552	(346.384)	50.256
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	219	219	-	-
Receitas Não Operacionais	471	471	-	-
Despesas Não Operacionais	(252)	(252)	-	-
LUCRO ANTES DO IMP. DE RENDA, DA CONTR. SOCIAL	(195.613)	150.771	(346.384)	50.256
Provisão para imposto de renda	-	(42.533)	42.533	42.533
Provisão para contribuição social	-	(11.004)	11.004	11.004
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.767	6.767	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre ativo fiscal diferido	69.621	5.497	64.124	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(119.225)	109.498	(228.723)	103.793
DIVIDENDOS - JAN A DEZ/2018	-	(27.084)	27.084	27.084
Estado de Sta. Catarina	-	(17.388)	17.388	17.388
SC Parcerias	-	(4.875)	4.875	4.875
CELESC	-	(4.198)	4.198	4.198
CODESC	-	(596)	596	596
MINORITÁRIOS	-	(27)	27	27
LUCRO APÓS O PAGAMENTO DOS DIVIDENDOS	(119.225)	82.414	(201.639)	130.877
PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES DO PDVI DE JANEIRO A DEZEMBRO/2018				(43.693)
ECONOMIA FINANCEIRA OBTIDA				87.184
				CASAN/DF

21. PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e com mais dois de seus acionistas, a CELESC e a CODESC.

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, a seus acionistas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, como segue:

Conta a receber de clientes

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante:			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	7.604	7.693	7.894
CODESC	106	106	106
Total de contas a receber dos acionistas	<u>7.710</u>	<u>7.799</u>	<u>8.000</u>

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante:			
CELESC	9.489	8.979	7.293
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364	3.364
Total de contas a receber dos acionistas	<u>12.853</u>	<u>12.343</u>	<u>10.657</u>

Empréstimos a pagar a acionista

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante:			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	12.686	12.598	19.805
Não circulante:			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	45.684	58.055	62.613
Total de contas a receber dos acionistas	<u>58.370</u>	<u>70.653</u>	<u>82.418</u>

Resultado das operações com acionistas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita bruta de serviços prestados	27.075	23.838	23.676
Custos e despesas	(108.192)	(96.023)	(92.595)
Juros de empréstimo com acionista	(6.040)	(7.124)	(8.202)
Resultado	<u>(87.157)</u>	<u>(79.309)</u>	<u>(77.121)</u>

a. Empréstimos a pagar para acionista:

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia a Companhia cedeu fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e o recebimento de eventual indenização que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a intervenção do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 31 de dezembro de 2018, nos montantes de R\$12.686 e R\$45.684, contabilizados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante, respectivamente, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Após este acordo, o Estado de Santa Catarina passou a efetuar a liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, e a Companhia passou a ressarcir o Estado de Santa Catarina de todos os valores pagos relativos a assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Devido à intervenção do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto àquela instituição, o que permite a obtenção de novas linhas de crédito, para o financiamento de novas obras de saneamento em outros municípios de Santa Catarina.

22. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$19.101 em 31 de dezembro de 2018 (\$18.853 em 31 de dezembro de 2017 e idem em 2016) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 está representado por 715.094.432 ações (idem em 31 de dezembro 2017 e 2016). São 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2017 e 2016) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2017 e 2016) ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

Discriminação do capital subscrito:	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
	31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016	
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771
SC Parcerias S/A.	64.451.065	64.451.112
Prefeitura Municipal de Lages	-	8.332
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - CELESC	55.358.800	55.357.200
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	-
Pessoas Físicas	8.054	7.801
Total de ações	<u>357.547.216</u>	<u>357.547.216</u>

b. Lucros/Prejuízos Acumulados

Em dezembro de 2018 foram ajustada a reserva de reavaliação (Depreciação) no montante de R\$99.137 (noventa e nove milhões e cento e trinta e sete mil reais).

c. Dividendos

Devido ao prejuízo apurado em 31 de dezembro de 2018, não haverá pagamento de dividendos.

Em dezembro de 2018 o saldo da conta dividendos propostos é de R\$5.620, referente a anos anteriores ainda não pagos, esperando manifestação dos acionistas para futuro aumento de capital.

d. Reservas para fundo de investimentos

Esta reserva foi constituída conforme proposta da administração e da Legislação Societária, destinada a constituição de uma reserva para investimentos e capital de giro, que terá como finalidade assegurar investimentos em bens no ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos sempre que necessário, na distribuição de dividendos ou na incorporação ao capital social a ser deliberada em AGO.

e. Outros Resultados Abrangentes

Em dezembro de 2018 o valor referente a outros Resultados Abrangentes foi de R\$19.321 (R\$2.727 no ano de 2017). O valor apresentado no demonstrativo das mutações do patrimônio líquido refere-se as perdas do plano Casanprev conforme CPC 33(R1) referendada pela deliberação CVM 695.

24. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 estão apresentadas abaixo:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Tarifas de água	955.261	904.118	815.954
Tarifas de esgoto	220.082	201.042	170.906
Outras receitas de serviços de água	21.682	21.011	24.376
Outras receitas de serviços de esgoto	36	45	48
Total do faturamento	1.197.061	1.126.216	1.011.284
Impostos sobre vendas e outras deduções	(111.509)	(105.414)	(93.855)
Total receita líquida	<u>1.085.552</u>	<u>1.020.802</u>	<u>917.429</u>

25. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Salários e encargos	659.573	547.338	815.954
Materiais	51.145	54.435	170.906
Serviços de terceiros	232.173	219.521	212.261
Gerais e tributárias	54.793	43.643	48.629
Depreciações, amortizações e provisões	81.791	74.821	68.929
Perdas na realização dos créditos e Provisão			
para devedores duvidosos	27.848	25.608	19.660
Recomposição de pavimentação	38.574	22.986	21.982
Fundos para programas municipais	818	786	15.283
Total	<u>1.146.715</u>	<u>989.138</u>	<u>761.600</u>

26. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Salários	128.470	153.522	141.998
Custos previdenciários	54.527	80.884	61.239
FGTS	13.906	16.479	15.434
Programa de alimentação	27.740	27.218	25.200
Programa de saúde	21.299	20.262	17.119
PDVI – PL Demissão voluntária incentivada	346.712	185.080	2.266
Outros benefícios	66.919	63.893	59.902
Total	659.573	547.338	323.158
Número de empregados	2.453	2.551	2.622

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

A variação verificada no resultado financeiro de 31 de dezembro de 2018, em relação a igual período de 2017:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receitas financeiras:			
Descontos obtidos	1.221	1.326	661
Juros ativos	1.535	1.335	5.250
Rendimento de aplicações financeiras	10.428	23.722	11.023
Variações monetárias e cambiais	-	-	3.000
Ganho com Recuperação de Crédito	6.740	-	-
Outras	-	125	543
Total Receitas Financeiras	19.924	26.508	20.477
Despesas financeiras:			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(147.717)	(97.110)	(143.364)
Variações monetárias e cambiais	(424)	(795)	(714)
Correção Monetária Atraso Pagamento	-	(16)	(914)
Outras	(331)	(290)	(47)
Total Despesas Financeiras	(148.472)	(98.211)	(145.039)
Resultado Financeiro Líquido	(128.548)	(71.703)	(124.562)

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de dezembro de 2018, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente.

Segue composição das outras receitas e despesas operacionais:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Outras receitas operacionais:			
Pessoal à disposição	2.917	3.947	3.729
Indenizações e ressarcimento de despesas	391	4.832	1.213
Comissão prestação de serviços/convênios	417	449	20
Ressarcimento folha de pagamento	347	967	1.280
Recuperação déficit atuarial Casanprev	4.529	4.324	34.395
Vendas de bens do imobilizado	471	483	472
Reembolso mensalidade Unimed	1.396	1.486	1.473
Outras	335	749	200
Total Outras Receitas Operacionais	10.803	17.237	42.782
Outras despesas operacionais:			
Baixa de imobilizado	(252)	(329)	(14)
Fiscais e tributárias	(3.446)	(4.988)	(12.253)
Causas cíveis	(15.188)	(9.475)	(13.109)
Causas trabalhistas	2.181	1.219	(11.772)
Total Outras Despesas Operacionais	(16.705)	(13.573)	(37.148)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(5.902)	3.664	5.634

29. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$12.130. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Casan possui contratos de seguros automotivos para um veículo de uso da presidência, cuja cobertura monta R\$460. Além disso, a Companhia possui 465 veículos alugados que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

30. BALANÇO SOCIAL

A Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) e Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) editaram a Instrução Normativa Conjunta nº5, de 28 de maio de 2018.

1. BASE DE CÁLCULO							
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.085.552			1.020.802			
Resultado Operacional (RO)	-71.195			35.328			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	331.853			369.775			
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS							
	Valor \$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL	Valor \$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	34.958	10,53%	3,22%	34.939	9,45%	3,42%	
Encargos Sociais Compulsórios	67.684	20,40%	6,23%	79.556	21,51%	7,79%	
Previdência Privada	4.027	1,21%	0,37%	6.380	1,73%	0,62%	
Saúde	17.806	5,37%	1,64%	16.808	4,55%	1,65%	
Segurança e Saúde no Trabalho	1.202	0,36%	0,11%	840	0,23%	0,08%	
Educação	585	0,18%	0,05%	643	0,17%	0,06%	
Cultura	1.022	0,31%	0,09%	915	0,25%	0,09%	
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	812	0,24%	0,07%	439	0,12%	0,04%	
Creches ou Auxílio-Creche	2.323	0,70%	0,21%	2.068	0,56%	0,20%	
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Outros	346.712	104,48%	31,94%	184.081	49,78%	18,03%	
Total dos Indicadores Sociais Internos	477.131	143,78%	43,95%	326.669	88,34%	32,00%	
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS							
	Valor \$ MIL	% sobre RO	% sobre RL	Valor \$ MIL	% sobre RO	% sobre RL	
Educação				2	0,01%	0,00%	
Cultura	142		0,01%	191	0,54%	0,02%	
Saúde e Saneamento	61		0,01%	-	-	-	
Esporte	-		-	45	0,13%	0,00%	
Sub Total	203		0,02%	238	0,67%	0,02%	
Tributos (excluídos os encargos sociais)	116.051		10,69%	121.664	344,38%	11,92%	
Total dos Indicadores Sociais Externos	116.254		10,71%	121.902	345,06%	11,94%	
4. INDICADORES AMBIENTAIS							
	Valor \$ MIL	% sobre RO	% sobre RL	Valor \$ MIL	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	238.362		21,96%	248.432	703,22%	24,34%	
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	320		0,03%	11	0,03%	0,00%	
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	238.682		21,99%	248.443	703,25%	24,34%	
Quanto ao Estabelecimento de "metas anuais" para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:		não possui metas			não possui metas		
5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL							
		2018		2017			
Nº de Empregados(as) ao Final do Período		2555		2650			
Nº de Admissões Durante o Período		456		57			
Nº de Empregados(as) Terceirizados		633		633			
Nº de Estagiários(as)		161		145			
Nº de Empregados(as) Acima de 45 anos		924		1376			
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa		518		459			
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres		17,4		16,8			
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa		48		51			
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)		6,2		5,9			
Nº de Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais		53		47			
6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL							
		2018		Metas 2019			
Relação Entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa		15		Diminuir para 13			
Número Total de Acidentes de Trabalho		69					
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:		Direção e Gerências		Direção e Gerências			
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:		Direção e Gerências		Direção e Gerências			
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e a Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as) a Empresa:		Incentiva e segue a OIT		Incentiva e segue a OIT			
A Previdência Privada Contempla:		Todos os empregados		Todos os empregados			
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:							
Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:		São sugeridos		São sugeridos			
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:		Não se envolve		Apoiará			
		2018			Metas 2019		
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores		Empresa	Procon	Justiça	Empresa	Procon	Justiça
		24.735	237	1.295	24.240	232	1.269
% de Reclamações e Críticas Solucionadas		73,28%	78,90%	0,00%	74,75%	80,48%	0,00%
		2018			2017		
		Governo	152.147	Governo	159.763		
		Colaboradores	608.894	Colaboradores	487.693		
		Acionistas	-	Acionistas	-		
		Terceiros	148.472	Terceiros	98.211		
		Retido	-187.878	Retido	-28.478		
7. OUTRAS INFORMAÇÕES							
A EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA EM CORRUPÇÃO NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE							

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Adriano Zanotto

Dir. Administrativo
Arnaldo V. de Souza

Dir. Financeiro e de Rel. Investidores
Laudelino de Bastos e Silva

Dir. Comercial
Janaina Guesser Prazeres

Dir. Operação e de Meio Ambiente
Paulo Roberto Meller

Gerente de Controladoria Econômico-Financeira
Natália Souza Pinheiro
Contadora CRC:SC 036163/O-1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Vladimir Arthur Fey

Demais Membros
Alexandre Bach Trevisan
Décio Augusto Bacedo de Vargas
Eleanora Cristina de Melo
Felipe Casar Lapa Boselli
Messias Fontinhas de Souza
Roberta Maas dos Anjos
Sabrina Weiss Raupp

CONSELHO FISCAL

Ademir Vicente Machado
Adenilson Biasus
Heriberto Afonso Schmidt
Luciano Veloso Lima
Nilso Macieski

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIA

Presidente
Sérgio Stangler

Membros
Dirlene De Pieri Vitoretto
Isabela Oliveira Morita

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A - CASAN Florianópolis (SC)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A - CASAN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Evento Subsequente

Chamamos atenção para nota explicativa nº31, que versa a respeito de operação de CCB realizada em janeiro de 2019, com o Banco Santander do Brasil S.A, no valor de R\$22.000 (vinte e dois milhões), com garantia através de Cessão Fiduciária de Recebíveis, prazo de até 90 dias (*bullet*), *fee* de estruturação de 0,5% + impostos + IOF e taxa de juros de 5,75% a.a + CDI. Ressaltamos ainda que em 28 de janeiro de 2019, através da ATA n. 341, o Conselho de Administração da CASAN realizou todas as aprovações necessárias para a 2ª Emissão de Debêntures que tem sua liquidação para o mês de março de 2019, no valor de R\$ 600 milhões, com taxa de 5,75% a.a + Taxa DI, *fee* de estruturação de 3%, com prazo de carência de 18 meses e de amortização de 42 meses, sendo que a destinação desses recursos serão para liquidar as CCBs constantes mencionadas, efetuar o resgate antecipado do saldo das Cotas Seniores do FIDC CASAN, resgate antecipado do saldo da 1ª Emissão de Debêntures da CASAN, e o saldo restante será direcionado para o fluxo de caixa de obras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo intangível

A Companhia é parte em contratos relevantes de concessão, e possui compromisso de expansão e manutenção das infraestruturas. O negócio em questão, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como ativo intangível. Devido ao alto grau de julgamento exercido na alocação dos gastos entre: (i) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; e (ii) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício; e ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos impactam significativamente nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados do ativo intangível e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização. Com base em amostragem, para adições ocorridas durante o exercício, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo intangível e gastos com manutenção no resultado do exercício, também avaliamos a natureza desses investimentos. Adicionalmente, avaliamos e solicitamos confirmações sobre o processo de transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização.

Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas e cíveis. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento

to sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, a constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, que considera o histórico de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos pela assessoria jurídica interna da Companhia.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI e Plano CASANPREV

Conforme apresentado na nota explicativa nº20, a Companhia é patrocinadora de plano de benefício definido operado e administrado pela CASANPREV. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo seu atuário e as informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada. Além disso, o assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia. No que concerne ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI, até o encerramento do exercício, 626 empregados foram demitidos, correspondendo a 23,59% do total do contingente de funcionários da CASAN, com remuneração correspondente a 40,81% da folha de pagamento na época da demissão. O cronograma de desligamento do PDVI iniciou em 1º de novembro de 2017, e foi concluído em 15 de outubro de 2018. Em 31.12.2018 a obrigação mencionada somava em passivo circulante e não circulante o saldo de R\$ 486.915mil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e, confrontamos as premissas com os dados de mercado. Além disso, revisamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas utilizadas no reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo. Além disso, examinamos o Relatório dos Auditores Independentes da CASANPREV do exercício de 2018, emitido sem ressalvas. Com relação ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, implementado pela Companhia, analisamos o regulamento do plano, compreendemos o desenho dos controles internos dos processos internos, obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado e realizamos testes por amostragem, não identificando inconsistências.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 18 de março de 2019.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Lourival Pereira Amorim
Diretor
CRC/SC 9.914/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN -, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou a Demonstração de Resultado do Exercício, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Valores Adicionados e as Notas Explicativas. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representante da Companhia, e no parecer sem ressalvas emitidas pela VGA Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e estão em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Florianópolis, 18 de março de 2019.

Ademir Vicente Machado
Heriberto Afonso Schmidt

Adenilson Biasus
Luciano Veloso Lima

Nilsa Macieski

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, conforme previsto no artigo 7º, VIII do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer da VGA Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 (Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis 2018) e opinam, por unanimidade, que os documentos refletem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da companhia e estão em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Florianópolis, 18 de março de 2019.

Sergio Stangler
Presidente do Conselho

MEMBROS

Dirlete de Pieri Vitoretto

Isabela Oliveira Moritz



**Companhia Catarinense
de Águas e Saneamento**

CNPJ.: 82.508.433/0001-17

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2018

